



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

EVENTO: Seminário REUNIÃO Nº: 0539/14 DATA: 07/05/2014 LOCAL: Plenário 9 das
Comissões INÍCIO: 14h14min TÉRMINO: 18h33min PÁGINAS: 90

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA CLAUDIA PEREIRA - Pesquisadora Colaboradora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA.

DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA - Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

LIA ZANOTTA MACHADO - Professora da Universidade de Brasília.

DAPHNE RATTNER - Presidenta da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento - REHUNA.

RAQUEL DE ALMEIDA MARQUES - Presidenta da Artemis.

BEATRIZ CRUZ - Representante do Ministério da Justiça.

MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA - Representante do Ministério da Saúde.

SILVIA GIUGLIANI - Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO

Seminário *Faces da Violência Contra a Mulher*. Lançamento da publicação *Tolerância institucional à violência contra as mulheres*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.

Há orador não identificado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Número: 0539/14 07/05/2014



O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - É com muita honra e alegria, e também com consciência da nossa responsabilidade, que declaro abertos os trabalhos do presente Seminário *Faces da Violência contra a Mulher*.

Este seminário atende a requerimentos de autoria dos Deputados Luiz Couto, Erika Kokay e Jean Wyllys, aprovados no âmbito desta Comissão.

Todos sabemos que a violência contra a mulher se expressa de diferentes formas no ambiente social. O que talvez seja novidade é a proeminência que algumas modalidades dessa violência tenham assumido nos últimos meses em nosso País.

Episódios chocantes como o linchamento daquela senhora no Guarujá, confundida com a imagem de outra pessoa difundida pela Internet como se fosse um tipo de bruxa, nos remetem aos horrores da Idade Média em pleno século XXI.

Às vezes até mesmo os números nos chocam. O estudo do IPEA divulgado em março apontou, entre outros resultados preocupantes, que 58,5% dos entrevistados declararam ou concordaram com a expressão: *Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros*. Ou seja, mais da metade da população aceita a ideia equivocada de que a mulher é culpada pela agressão da qual ela é vítima. Mesmo depois da correção de um erro técnico, o IPEA mostrou que preocupantes 26% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que as mulheres com roupa curta merecem ser estupradas.

Esse estudo, que será comentado em breve pelo nosso convidado pesquisador do IPEA, é a expressão estatística. Casos concretos têm sido denunciados e algumas dessas denúncias têm chegado a esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias. São episódios de ameaças de estupro, do uso da Internet para promover a violência sexista; são indivíduos que se organizam em grupos para promover abusos sexuais contra mulheres no transporte público.

Outra Mesa deste seminário vai jogar luzes sobre a violência obstétrica, uma questão complexa com diversos fatores a considerar. Será uma reflexão útil a esta Comissão, para que possamos lidar com esse objeto de preocupação crescente na sociedade, sem dúvida um tema emergente da agenda dos direitos humanos no Brasil.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de convidar todas e todos a permanecer aqui, após o final deste Seminário, para participar de um ato público que faremos em homenagem a D. Tomás Balduino. O ato terá início às 18 horas, neste mesmo plenário, com os testemunhos dos muitos admiradores que esse grande brasileiro conquistou ao longo da sua vida dedicada à justiça e aos direitos humanos.



Primeiramente, antes de darmos início ao nosso seminário, faremos o lançamento da publicação *Tolerância institucional à violência contra as mulheres*, publicação essa coordenada pelo IPEA e pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA.

Para falar sobre o conteúdo desta importante obra, convidamos a Sra. Ana Claudia Pereira, Pesquisadora Colaboradora do CFEMEA, a usar a palavra por 10 minutos.

A SRA. ANA CLAUDIA PEREIRA- Muito obrigada. Gostaria de agradecer o convite para estar aqui neste momento tão especial, numa Comissão que historicamente tem sido um espaço de visibilidade dos interesses da sociedade, inclusive dos direitos das mulheres.

Como temos muitos temas a tratar hoje, vou partir logo para o nosso tema. Vou falar um pouco dessa pesquisa que eu tenho a satisfação de apresentar aqui hoje.

Meu nome é Ana Claudia Pereira. Eu atuei como pesquisadora colaboradora nessa pesquisa. Sou doutoranda em Ciência Política pela UERJ e tenho trabalhado principalmente com questões de gênero e raça.

Além do CFEMEA, que eu estou representando aqui neste momento, participaram também dessa pesquisa, em momentos variados da elaboração, o IPEA, a organização Criola e também a ONU Mulheres, que nos deu um grande apoio, tanto em termos financeiros quanto em termos de capacitação técnica. Então, o que eu vou apresentar aqui é resultado de um trabalho conjunto e colaborativo de incorporação de diversas perspectivas e de busca de avanço nas conquistas que nós temos tido nos últimos anos, uma busca da efetivação dessas conquistas. Todo mundo aqui sabe da visibilidade que o tema da violência contra as mulheres tem ganhado nos últimos anos. Nós temos inúmeras conquistas em termos de legislação, em termos de instituições, que não podem ser invisibilizadas.

Ao mesmo tempo, é importante que a gente continue aprimorando esses instrumentos, porque o fim da nossa luta pela não violência contra as mulheres não é apenas que esses instrumentos existam; é, sim, que eles sejam efetivos e promovam transformações concretas na vida das mulheres.

A publicação que está sendo aqui lançada — acredito que vai ser distribuída — traz essa temática da tolerância institucional à violência contra as mulheres pensando esse processo pelo qual as mulheres que buscam atendimento, seja no âmbito da assistência social, da segurança pública ou da saúde, acabam sendo revitimizadas, têm uma escuta problemática, observam e sofrem com a reprodução de práticas discriminatórias. Nesse sentido, então, a nossa pesquisa vai identificar essas práticas, construir um instrumento que nos



permita compreender melhor quais são os entraves que nós temos hoje dentro dessas instituições, que são as instituições primárias de acolhimento das vítimas de violência contra as mulheres, não só doméstica, mas também de outras formas.

Essa pesquisa foi inspirada — isso está detalhado na publicação — num projeto semelhante realizado na Colômbia sobre tolerância institucional à violência contra as mulheres. Falo de um projeto bastante amplo, promovido pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da ONU Mulheres, que nos inspirou em diversos momentos.

O projeto que nos inspirou trabalha com a seguinte definição de tolerância institucional à violência contra as mulheres: é um conjunto de hábitos, atitudes, percepções e práticas culturais que legitimam, favorecem, suportam e perpetuam agressões, danos e sofrimentos que se exercem por atribuições simbólicas baseadas na construção social dos gêneros masculino e feminino.

As instituições que deveriam promover os direitos das mulheres — em certa medida promovem — são criadas em uma sociedade que é estruturada desigualmente, em que são vigentes as hierarquias sociais não apenas de gênero. Essas diferentes formas de opressão muitas vezes estão refletidas no interior das instituições que deveriam combatê-las. E é aí que ocorre a tolerância institucional ou mesmo a violência institucional contra as mulheres.

É importante notar que a discussão sobre violência institucional já tem uma longa trajetória e ela surge primariamente em decorrência da luta de povos da Diáspora Africana. Então, muitas vezes nós vamos ouvir falar em racismo institucional. Essa discussão tem inspirado muitas das discussões sobre violência institucional, inclusive contra as mulheres. É uma discussão que já vem desde a década de 60. Então, são áreas que acabam dialogando.

No nosso marco conceitual, o nosso grupo de trabalho estabeleceu como consenso que as desigualdades de gênero são permeadas, inclusive organizadas, segundo outras categorias de poder vigente na nossa sociedade, que estruturam as desigualdades. Claro, este modelo aqui não esgota todas as categorias; nós tivemos que fazer algumas escolhas para o nosso trabalho. Nós adotamos então como estruturantes da desigualdade as categorias gênero, orientação sexual, classe social e raça. Raça já é uma categoria razoavelmente explorada como categoria analítica nos estudos em geral sobre violência doméstica. Contudo, orientação sexual e raça permanecem em aspectos menos problematizados.

Eu vou falar mais sobre raça, que é a minha área específica de atuação. Nós temos uma popularização do termo enfoque racial. Então nós vamos ter muitas pesquisas que trazem um enfoque racial, pesquisas sobre gênero, mas muitas



vezes o que nós temos é só dados agregados por raça, o que é uma conquista. O movimento de mulheres negras em muitos momentos reivindica isso. São dados muito valiosos, mas que não esgotam as possibilidades e nem sempre visibilizam completamente os fenômenos que atingem as mulheres negras.

Eu vou contar para vocês, brevemente, uma história que pode servir de exemplo. Em agosto do ano passado, uma professora da USP se dirigiu a um bar, no qual estava o dono, um senhor holandês. Esse senhor, depois de abordá-la de uma forma um tanto erotizada, do qual ela tentou se esquivar, perguntou a ela, a essa professora negra, se os dentes dela eram reais, porque eram brancos demais e pareciam falsos. Em seguida ele perguntou se ela se depilava. Ela desconversou novamente. E ele disse a ela: *Eu acho que vocêtem pelos e que eles são tão duros quanto os da sua cabeça*. E continuou com esse tipo de ofensa. Essa professora procurou a Delegacia da Mulher para registrar queixa, e não conseguiu. A delegada disse a ela que crime de racismo deveria ser denunciado numa delegacia comum.

Esse tipo de mentalidade, então, revitimiza muitas vezes as mulheres negras. Não estou dizendo que apenas as mulheres negras são vitimizadas pela violência institucional. Mas esse é um tipo de visibilidade para a violência contra as mulheres que ainda é muito escasso. Nós precisamos ampliar as nossas ferramentas, metodológicas, conceituais, para lidar com esse tipo de violência que as mulheres negras têm experimentado cotidianamente.

Essa mulher, uma mulher de classe média alta, professora universitária, só conseguiu registrar queixa naquela Delegacia depois de 3 meses, e assessorada por um advogado. Então, muitas vezes isso constitui uma forma de revitimização de mulheres negras, e, em aspectos similares, de mulheres lésbicas.

Então, a gente pode falar que o racismo é invariavelmente observado na vida das mulheres negras como violência. Criar definições de violência contra as mulheres que não contemplem essas experiências das mulheres negras acaba no limite questionando a própria humanidade das mulheres negras. A gente precisa, então, de conceitos de violência que sejam mais amplos, que comportem a diversidade, e tentamos trazer isso para o nosso trabalho, o estudo que deu origem a essa publicação.

Também é possível olhar as diferentes normativas. Eu coloquei uma pequena lista aqui dos principais instrumentos que nós temos hoje para promoção dos direitos de mulheres em geral, inclusive contempladas em sua diversidade. Nós podemos notar que vários desses instrumentos contêm disposições a respeito das especificidades de raça e de orientação sexual. Contudo, ao gerar um documento sobre isso, uma pesquisa que contemple esses aspectos, nós buscamosindagar: até que ponto esses dispositivos que estão colocados aí, a



respeito da desigualdade de gênero, de orientação sexual e de raça e etnia, têm sido implementados pelo Estado?

É uma grande conquista que esses dispositivos estejam em documentos que falam do direito das mulheres. No caso da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, uma política com conteúdo racial, mas existem dispositivos específicos para as mulheres negras. No entanto, de novo, o nosso objetivo é que essas políticas sejam de fato implementadas.

Então, na nossa pesquisa isso foi refletido. O nosso instrumento de trabalho foi um questionário elaborado a partir desse marco conceitual, uma visão complexa do que sejam as desigualdades de gênero. Nesse questionário, nós buscamos inferir, primeiro — há uma parte sobre o imaginário social, que trata de divisões, representações correntes sobre raça, gênero e orientação sexual —, quais são as representações predominantes entre as pessoas que realizam o atendimento. Segundo: nós buscamos identificar itens na rotina que promovem ou violam direitos que já estão colocados naqueles documentos que eu citei anteriormente. Então, a ideia era perguntar, por exemplo, na Delegacia da Mulher: *Você atende casos de racismo? Você encaminha casos de racismo?* E muitas vezes a gente vai ver um desconhecimento: *Não, não atendo caso de racismo.*

Por exemplo, o programa Saúde da População Negra traz aspectos da saúde mental, o racismo como determinante da saúde, em especial da saúde mental. Se o profissional de saúde não sabe disso, nem conhece esse instrumento, é impossível que essa política seja implementada. A gente trabalha ainda com uma visão muito restrita de violência contra as mulheres, e muitas vezes nem essa visão mais restrita está sendo promovida.

Por fim, há um conhecimento das normativas, e existem medidas de educação e sensibilização das pessoas que realizam atendimento, porque a nossa ideia não era somente culpabilizar as pessoas que estão na ponta e no atendimento, mas também pensar em que medida essas instituições estão propiciando recursos para que essas pessoas desconstruam representações, para que elas acessem representações alternativas e, a partir daí, sim, consigam realizar o seu trabalho, de forma a promover os direitos humanos das mulheres em geral, inclusive em suas especificidades.

Então, em linhas gerais, é isso. Eu sei que trouxe mais problematizações do que conclusões, mas, para tirar as conclusões, vocês têm que ler a publicação. Convido todas e todos a fazer isso. E estamos aqui abertas ao diálogo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis do Couto) - Parabéns, Ana Claudia Pereira, pelo trabalho, e prometo que vamos ler. Nesse tempo que nós temos



no avião e nas nossas andanças, não é Deputado Padre Luiz Couto, vamos ler o livro, porque, com certeza, ele trará muitas contribuições ao nosso trabalho aqui do dia a dia.

V.Exas. perceberam que hoje, quarta-feira — eu quero dialogar aqui com as Deputadas e os Deputados presentes —, nós não vamos fazer sessão deliberativa aqui na Comissão. Nós vamos priorizar a discussão do tema do Seminário *Faces da Violência contra a Mulher*, porque, da outra vez, tivemos um episódio aqui: nós começamos uma audiência deliberativa e prejudicamos um evento que já estava marcado. Então, como este evento está marcado e não temos nenhum tema tão urgente para deliberar, nós vamos aproveitar o tempo e a rica presença de todas e de todos aqui no debate proposto por este seminário.

Para dar continuidade, eu vou chamar aqui à mesa a nossa 2ª Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a Deputada Janete Capiberibe, para presidir os trabalhos deste seminário. Então, logo em seguida, eu passarei a palavra a ela. Peço ao pessoal da assessoria que ajude a Deputada Janete nos encaminhamentos deste seminário.

Desejo a todas e todos um bom seminário, com bons encaminhamentos, para que nós possamos, aqui, no Legislativo, enfrentar as duras questões que ainda prevalecem a respeito dos direitos das mulheres no País.

Com a palavra a nossa Vice-Presidenta Janete Capiberibe. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Boa tarde a todos! Bem-vindos a esta Casa. Boa tarde, meus colegas Parlamentares!

Dando prosseguimento ao nosso seminário, convido para compor a primeira Mesa, que tratará do tema *Estupro e Violência Sexual*, o Sr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. São dois expositores, no entanto só um se encontra presente. Aguardaremos a chegada, para completar o quadro, da Sra. Lia Zanotta Machado, professora da Universidade de Brasília. (*Palmas.*)

Passo a palavra, dando continuidade ao nosso evento, ao nosso convidado Sr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, por 10 minutos, para falar sobre o tema *Estupro e Violência Sexual*.

O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA - Boa tarde a todas e todos! É um enorme prazer estar com vocês aqui debatendo esse tema tão importante, ainda mais com a Casa cheia. Eu queria saudar a Comissão pela iniciativa de realização deste debate, a pedido do nosso Ministro Marcelo Neri e do Presidente do IPEA, Sergei Suarez, que gostariam de estar presentes. Mas,



como a agenda é complicada, eles me pediram que viesse representá-los aqui neste importante debate.

Como essa é uma questão tão presente na vida de todos, eu queria começar citando uma notícia do jornal *O Globo*, de hoje: *Zelador é preso acusado de assassinar mulher em Niterói*. A matéria diz que uma senhora de 40 anos foi encontrada morta anteontem, com cortes no pescoço e nos pulsos, na casa de máquinas do terraço do prédio onde morava, em Niterói. O principal suspeito, segundo a polícia, é o zelador, que tem cinco passagens pela polícia, sendo duas por estupro, duas por tráfico e uma por roubo. Ele foi condenado a 12 anos e estava com tornozeleira eletrônica.

Agora, o que eu acho interessante dessa notícia é isto:

O zelador é suspeito de ter atacado outras mulheres no edifício. Uma ex-funcionária do condomínio contou, em depoimento ontem, ter sido estuprada por Joelso no ano passado. Ela disse que comunicou o caso a seus superiores, mas eles não acreditaram na história e ainda a demitiram. Na Semana Santa, uma moradora foi estuprada por um homem de capuz no elevador.

Então, do que nós estamos falando? Nós estamos falando de uma situação bárbara — uma pessoa disse que foi estuprada e ninguém acredita. Se a palavra das pessoas, seja homem ou mulher, fosse levada a sério, possivelmente a gente teria evitado um homicídio.

Eu acho que essa notícia aqui é exemplar, porque ela ilustra bem uma situação que nós vivemos no Brasil que é a ideologia do patriarcado e a sua expressão machista, que coloca a mulher como ser inferior e ao mesmo tempo como um objeto de desejo e de propriedade e que termina, a partir dos vários meios de expressões culturais e até da própria imprensa, da cultura, da música, invertendo o papel de quem é culpado e de quem é vítima. Além de tudo, isso cria um problema que todos aqui conhecem que é o seguinte: se a mulher muitas vezes se sente culpada por ser estuprada, ela termina não dando queixa. De alguma maneira isso vai reforçar esse processo de violência doméstica, de violência sexual e de estupros que nós vemos no Brasil.

Essa notícia exemplifica bem a história de quanto nós no IPEA nos orgulhamos dessas duas pesquisas que foram anunciadas. Um das autoras da pesquisa sobre tolerância à violência sexual está ali, a Natália. O Rafael, que era o Diretor da área social, não pôde estar presente. Quero dizer o quanto nós nos orgulhamos por quê? Porque uma política pública importante é exatamente trazer à tona assuntos que são tabus, assuntos que são feridas. Muitas vezes, as pessoas não querem: *Ah, não, isso aí é feio, é complicado*. E aí você termina tentando jogar para baixo do tapete ou encerrar esses graves problemas entre quatro paredes. Então, as pesquisas nos orgulham.



Houve aquele problema do equívoco, mas isso em nada tirou o resultado da pesquisa que mostra claramente essa grande tolerância à violência doméstica, à violência sexual no Brasil. E mostra, em última instância, também, que existe um processo civilizatório incompleto no País.

Das pessoas que responderam a essa pesquisa, 93% afirmam que os homens que batem nas esposas mereciam ir para a cadeia, ou seja, há uma compreensão da necessidade de ter um Estado de Direito, de ter leis, de proteger os direitos civis, direitos de homens e de mulheres. Mas, quando esse assunto vai para dentro do lar, a coisa parece mudar de figura. Nessa pesquisa, 81,9% afirmam que não se deve se meter em briga entre marido e mulher; 63% das pessoas colocam que a violência dentro de casa só deve ser discutida entre os membros da família; 57,5% dizem que haveria menos estupros se as mulheres soubessem se comportar.

O que esse quadro está dizendo? Demonstra nada mais do que essa enorme tolerância à violência sexual e, de forma contundente, que essa ideologia patriarcal e a ideologia do machismo existem, ainda, incrivelmente, em pleno século XXI, no Brasil.

Nós fizemos duas pesquisas naquele dia e as debatemos. Uma foi essa sobre tolerância e a outra foi conduzida mais diretamente por mim e por um colega do IPEA chamado Danilo Santa Cruz Coelho, em que nós analisamos a questão dos estupros no Brasil. O primeiro ponto que nos chocou, quando começamos a fazer essa pesquisa, foi o seguinte: queríamos pegar uma base de dados, pegar outros estudos com recorte nacional, e não descobrimos nenhum. O reflexo de que sempre se procura colocar esse problema debaixo do tapete ou como um problema menor começa exatamente pela falta de dados mais básicos.

Então, o que a gente fez? Pegamos a única base de dados disponível nacionalmente e que nos permite fazer uma análise mais apurada em relação à questão do estupro no Brasil, que é a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação — SINAN, produzida pelo Ministério da Saúde, com as notificações de agravo. Nós fizemos também uma estimativa do que queríamos saber, como, por exemplo, quantos estupros há no Brasil a cada ano. Não temos uma pesquisa para esse fim. Então, nós usamos outra pesquisa que tínhamos feito no IPEA para tentar estimar esse número, mas nós achamos que esse número é muito ruim, é um número ainda muito abaixo do que eu imagino que seria. Por quê? Porque a pesquisa não foi organizada com esse propósito de fazer com que o respondente reporte verdadeiramente a questão da violência sexual.

E chegamos à conclusão de que, a cada ano, 527 mil estupros acontecem no Brasil, dos quais 10% chegam ao conhecimento da polícia — 10% seriam 52



mil. Quando a gente vai olhar os números do Ministério da Justiça —de 51 mil —, a gente vê que os números são até consistentes. Então, nós estamos dizendo o seguinte: que existe pelo menos um estupro a cada minuto no Brasil — e isso é uma situação bastante grave.

Analisando esses registros administrativos do Ministério da Saúde — que, certamente, não devem representar o que acontece no País, porque ali é um registro administrativo —, verifica-se que ali só estão os dados de quem buscou ajuda no serviço de saúde. E a busca ao serviço de saúde pelas pessoas que são estupradas, eventualmente, não é aleatória na população. Então, é possível que crianças estupradas eventualmente recorram mais aos hospitais do que mulheres adultas, até em função do próprio tabu que esse tema traz.

E, aí, quando nós fomos investigar esses dados — a pesquisa está no *sítio* do IPEA para quem quiser acessá-la —, os números chocam. São números que mostram o seguinte: daqueles dados do Ministério da Saúde, cerca de 70% dos estupros são perpetrados contra crianças e adolescentes. Quando a gente vai olhar quem foi o estupro, é mais chocante ainda. Pegando o caso das crianças com menos de 13 anos, 11,9% eram os próprios pais; quando a gente junta pais e padrastos, esse número vai acima, acho que a 23%. Então, o que nós estamos dizendo? Estamos dizendo que a violência doméstica nasce dentro dos lares. É como naquele filme *Dormindo com o Inimigo*.

E quem são as vítimas dessa violência? São as crianças, são os adolescentes, são as próprias famílias, que vão levar uma tragédia, um trauma pelo resto de suas vidas. Mas, além disso, é toda a sociedade, porque a violência que nasce dentro dos lares, a violência doméstica, além de vitimar a mulher, além de vitimar a criança, ela gera uma linguagem, uma subcultura de violência.

Essa subcultura de violência aprendida pelas crianças e adolescentes termina saindo daquelas quatro paredes e indo para as ruas. Então, esse menino que foi criado dentro de uma casa onde a violência é a linguagem corrente, quando ele tiver algum conflito interpessoal, ele vai responder a esse conflito de que forma? Na base da violência. Se esse menino tiver uma arma na mão, vai ser uma morte; se esse menino tiver matado outro garoto que é parte de uma gangue, o que vai acontecer? Vingança. Então, inicia-se um ciclo de vinganças recíprocas onde a gente pode ter, no rastro da questão da violência doméstica, inúmeros casos de violência e inúmeros casos de homicídios.

Como eu já vi, o meu tempo está esgotado. Eu tinha trazido muitas estatísticas sobre essa pesquisa. O interessante é que a gente descreve a vítima; o perpetrador; a relação vítima/perpetrador; quando o perpetrador é conhecido da vítima, quando não é; qual foi o instrumento do crime; onde se deu, qual foi o



local em que ocorreu o crime; a gente tenta entender várias coisas, como estupros recorrentes, estupros coletivos.

Outra coisa que me chocou. Eu me lembro de que outro dia — e todos aqui se lembram — houve aquele caso na Índia, aquele estupro coletivo. E a gente diz: *Que barbaridade! Como pode um estupro coletivo na Índia!* Aí, falaram que lá era recorrente. Pois bem, nessa base do Ministério da Saúde, 15% dos estupros são coletivos: são primos que se juntam para estuprar prima, amigos que se juntam para estuprar. Então, nós vivemos uma verdadeira barbárie.

Além disso, outro dado chocante é o fato de que, olhando apenas as crianças que foram estupradas, 50% delas são vítimas de estupros repetidos, recorrentes. E, como nós falamos, muitas vezes, feitos exatamente pelos próprios pais que deveriam proteger essas crianças. São vidas que serão desestabilizadas; todo o processo de sociabilidade dessas crianças está comprometido. Há inúmeras consequências, não apenas físicas ou psicológicas, mas sociais. Há, inclusive, situações, em várias regiões do País, em que, quando essas meninas são estupradas pelos próprios pais, elas terminam na prostituição. E qual foi exatamente o início dessa história? Foi o estupro familiar.

Então, para finalizar, já que eu já esgotei o meu tempo, eu só queria dizer o seguinte: o importante não é a gente vir aqui e salientar esse problema, que é da maior grandeza, e falar dessas tragédias, mas, sim, falar do futuro. Como a gente pode passar para uma sociedade um pouco menos bárbara, mais civilizada, com mais compreensão e respeito aos direitos civis? E aí, nessa questão da violência doméstica, eu acho que há dois caminhos.

O primeiro é a gente trazer à tona esse problema decorrente da ideologia patriarcal — nós, no IPEA, a Secretaria de Política para Mulheres, o Congresso discutirmos isso —, para mostrar o seguinte: esse é um grave problema, existe, sim, um preconceito, um machismo muito grande no Brasil. E o primeiro ponto para a gente superar isso, é a gente reconhecer isso e falar que a mulher é sempre vítima, ela não pode ser culpada.

Em segundo lugar, é a gente ter dados e informações mais precisas. A gente tem muito poucos dados, como eu falei. A gente não tem uma pesquisa nacional que seja objetivada para esse tema da violência, como acontece nos Estados Unidos e em outros países. Sem dados precisos, a gente vai continuar talvez outros 10 ou tantos anos aqui discutindo violência doméstica, mas a gente não sabe muito bem onde essas situações ocorrem, quais são os fatores intervenientes e, portanto, como, de forma efetiva, vai fazer políticas públicas para evitar novas tragédias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Agradeço ao Sr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira.

Nós, dando continuidade ao evento, convidamos, para fazer uso da palavra por 10 minutos, a Sra. Lia Zanotta Machado, professora da Universidade de Brasília. O tema é *Estupro e Violência Sexual*.

A SRA. LIA ZANOTTA MACHADO - Boa tarde a todos e todas, obrigada pelo convite, parabéns por este seminário, porque o tema é de profunda importância.

O que eu posso falar? Minhas análises são mais qualitativas, então, no que tange à questão da tolerância social ao estupro, eu poderia falar de três níveis, digamos assim.

Em primeiro lugar é como chegam essas denúncias às delegacias especializadas da mulher, que são os dados que eu tenho. Quase 60% das denúncias de casos de estupro se dão em relações familiares e a absoluta maioria daqueles que estão aprisionados, apenados é de homens estupradores de mulheres em ruas públicas. Inclusive, um desses, que estuprou a mulher, o fez na rua pública. Ele resolveu matá-la, depois ficou com pena e aí a estuprou na rua, com ajuda de mais dois. Ou seja, de um modo geral, eu diria que são feitas as denúncias dos estupros ocorridos em casa contra meninas adolescentes, e alguns contra meninos adolescentes e contra mulheres adultas, mas, como é um crime privado, de honra, você tem que ter uma representação. Então, muitas vezes, elas são denunciadas e as próprias pessoas retiram a denúncia ou são induzidas a retirá-la nas delegacias.

Faço também um estudo sobre os Juizados de Violência contra a Mulher. E eu vejo que há certa tolerância em relação a qualquer violência no espaço doméstico, assim como há muitos juízes e promotores que estão acreditando e fazendo a Lei Maria da Penha funcionar, há tantos outros que não acreditam. Palavras dos que não acreditam: *O Direito Penal não deve dormir na cama do casal, as ações afirmativas, elas não podem ser feitas pelo Direito Penal*. Ou seja, como é que eu vejo os pareceres dados sobre essas mulheres? A responsabilidade é exclusiva da mulher, ela que deve se separar, não se responsabiliza os homens. Não é toda a Lei Maria da Penha funcionando assim, têm inovações criativas, estudos psicossociais, formas pelas quais nós estamos conseguindo, pelo menos, entrar numa área até então não entrada, que é agressão no lar, seja física ou sexual.

Das mulheres que eu vi na Lei Maria da Penha, embora elas denunciem violências físicas, você tem violências sexuais. Você tem obrigações de ter os deveres de casa, mesmo quando elas não querem.

Dito isso, eu vou rapidamente para o que significa o estupro nas relações pessoais, é como se fosse duplo. Quando é um estupro de alguém da minha



família contra a minha família, é a coisa mais abominável, horrorosa, trágica, um conceito quase de crime hediondo. Quando é alguém da sua família que vai ter uma relação com outra mulher é a coisa mais normal, uma relação sexual que pode estar aberta para todos os homens e que cumpre às mulheres dizer não.

Então, é aquela pesquisa de opinião feita pelo IPEA, que em parte foi revista, porque havia um dado errado, mas permanece outro: 52% das pessoas entrevistadas consideravam que se as mulheres se vestissem melhor, encobrissem melhor as suas partes do corpo, todas elas, acho que dos pés à cabeça, menos estupros haveria. Isso está posto na cabeça daqueles homens apenados, com os quais fizemos entrevistas, que diziam: *Estána rua, altas horas da noite, pode ser vadia, prostituta, e não acredito que tenha família, portanto, é uma mulher que eu posso ter quando quiser*. Isso eles nos falaram.

Do ponto de vista de pessoas que não são estupradores, mas que dizem que admitem que tiveram determinadas relações grupais com determinadas mulheres e que isso foi ou porque consentiram ou porque foi uma brincadeira, ou seja, não admitem o estupro como tal, é uma mera relação banal.

Do ponto de vista das mulheres estupradas, é terrível o que elas sentem, por quê? Um homem que foi entrevistado, que foi agressor e apenado por estupro, me disse assim: *Eu não sei se ela queria ou não queria, talvez, ela tivesse medo, mas ela me disse: Pode fazer tudo que você queira porque eu vou deixar*. Claro que ela estava defendendo a vida. Qual é a interpretação? Para o estuprador de que ela deixou.

Eu vi alguns acórdãos de desembargadores sobre a questão do estupro, as mesmas provas, e quando vai para acórdão é porque tem divergência de opinião, está se fazendo um recurso, então, você tem em posições não unânimes que as mesmas provas são provas cabais para um juiz e provas absolutamente ínfimas para outro juiz, por quê? Porque esse outro juiz acredita que um crime só é motivado, e não entende a motivação de um homem para estuprar alguém. Nega a existência do estupro. Então, é muito fácil.

E há outra coisa também: no Código Penal Comentado diz-se o seguinte — e isso é para ensinar os juristas: *Desconfie das mulheres que apenas dizem não; confie só nas mulheres que se defendem com sua vida ou têm uma lesão corporal*. E aí, realmente, houve um estupro. Isto está em manual comentado, que ensina a jurisprudência que se deve adotar.

E mais: *Desconfie quando há um homem só*. E aí eu tenho toda a história das mulheres que foram estupradas por um homem só, sob ameaça de arma, uns; ou sob ameaça de um pente, quando o agressor diz ser uma arma. E as mulheres, diante da circunstância, somente pelo peso e força física de um



homem, podem, sim, ser subjugadas e estupradas. Não são necessários, como está no Código Penal Comentado, três ou quatro homens para se ter certeza de que houve um estupro.

Ou seja, há uma tolerância não só social, mas também jurídica, pois há uma resistência a ser ver o estupro como um crime contra a liberdade ou contra a pessoa; é ainda um crime contra os costumes. E, quando se trata desse tipo de crime, pensa-se que a mulher não é tão honrada assim porque estava no meio da rua. Então, são vítimas essas mulheres ditas vadias — e não são vadias, às vezes trabalham à noite e sofrem a agressão quando estão voltando para a casa. E os estupradores dizem: *Se elas estavam lá, como poderiam adivinhar?*

E também achei muito interessante a seguinte afirmação de um deles: *Ela tinha um irmão...* É como se o estupro só fizesse mal de homens para homens, não para mulheres. Se são mulheres de ninguém, são vadias e todos os homens podem tê-las.

Estou querendo dizer que isso é trágico, porque esse pensamento está presente na cabeça dos estupradores e também — não de todos, ainda bem — há muita resistência jurídica para se entender que, sim, o Direito Penal tem que entrar na questão do estupro e também, com certeza, na questão da violência sexual e física doméstica.

Há várias formas de se recuperar o agressor, uma delas é exatamente a reflexão psicoterapêutica, a recuperação e tudo o mais; portanto, devemos pensar um Direito Penal cada vez mais para a recuperação. Mas o Direito Penal deve entrar nessas questões, senão estaremos colocando as mulheres estupradas como duplamente vítimas: institucionalmente e fora do estupro. São duas violências.

Acho absolutamente importante pensarmos que a tolerância em relação ao estupro é muito maior. Este horror vem quando você pensa que alguém da sua família foi estuprada — aí vem todo o horror. Mas se você pensa em uma pessoa desconhecida e, quem sabe, não tem irmão, não tem isso ou aquilo, passa a ser a coisa mais natural. E por quê? Porque tem uma ideia de erotismo onde se pode colocar mulheres prostitutas e vadias plenamente utilizáveis pelos homens.

Então, aquele célebre dizer de tantas vezes — e repito mais uma vez: quando a mulher diz não, quer dizer não". E o que se diz? Na tradição, quando a mulher dizia não é porque não ficava bem para ela dizer sim a uma relação sexual. Então, ela dizia primeiro um não, para dizer que era mulher honesta; para depois poder dizer sim. Mas isso já passou. Já estamos em uma situação em que as iniciativas de parcerias sexuais e amorosas têm que ser de homens



e de mulheres. Portanto, tanto homens quanto mulheres têm que dizer sim e não.

Eu queria concluir dizendo que sou antropóloga e é importante a ideia do parentesco. Então, se pegam alguém do meu parentesco, o estupro é hediondo; se é de outro, não é nada. Essa é uma questão antropológica que muito me ajudou a entender como é que pode ser hediondo para alguns e nada para outros. Ora, como usar a mulher com um nada?!

É essa a questão sobre a qual precisamos refletir. E por quê? Porque há uma ideia antiga de que a honra era das famílias e não das pessoas. Então, se você desonra uma mulher e se ela não tiver um homem, uma família ou um nome, essa mulher não é uma pessoa e não tem dignidade. Estamos, portanto, longe da ideia de dignidade.

Então, se pensamos em dignidade, devemos observar que, em termos jurídicos, mesmo que seja difícil encontrar os criminosos que são os agressores nas ruas, quando eles o são, há uma tradição jurídica mais fácil de ser notada. Assim é quando eu assalto a sua casa e pego uma mulher lá que nem conheço; é mais fácil reconhecer o crime. Mas quando se dá uma relação entre familiares, é mais difícil esse reconhecimento. E, para as vítimas, são formas tão fortes quanto, porque uma coisa é ser pega desprevenida na rua por quem você não conhece; outra coisa igualmente grave — só que de outra forma, pois não existe a que seja a mais grave — é o ato cometido por alguém que lhe dá afeto — pode ser um pai, um padrasto ou um pastor que cuida de você, que lhe oferece estudos —, mas em troca quer relações sexuais. Então, a combinação entre relações afetivas e relações violentas resulta em trauma profundo.

Então, eu queria dizer que, realmente, precisamos pensar que somos a favor da dignidade das mulheres, contra o estupro e a favor de considerar esses crimes como crimes contra as pessoas.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Dando continuidade ao seminário, registramos a presença das Deputadas Luiza Erundina, Maria Lucia Prandi, Erika Kokay, Flávia Moraes e Antônia Lúcia e dos Deputados Nilmário Miranda, Luiz Couto e Jean Wyllys.

Passamos, imediatamente, ao debate sobre o tema desta Mesa, *Estupro e Violência Sexual*.

Estão inscritos a Deputada Erika Kokay, o Deputado Luiz Couto, o Deputado Jean Wyllys, Deputado Nilmário Miranda e a Deputada Luiza Erundina.



Antes, porém, a Deputada Antônia Lúcia, que é 3ª Vice-Presidente, do PSC, fará um registro.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidenta, os alunos venezuelanos não chegaram até o momento. Portanto, solicito que aguardemos a chegada deles.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Então, passamos imediatamente aos debates.

Convidamos a Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, para fazer uso da palavra pelo tempo regimental de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sra. Presidenta, eu sou autora do requerimento e gostaria que isso fosse considerado também na concessão do tempo.

Quero dizer que achei muito salutar que estejamos discutindo as várias faces da violência e, entre elas, o estupro. A meu ver, o estupro é uma desumanização absoluta, significa que a mulher não é considerada como dona de seu próprio corpo, de seu próprio desejo e, portanto, ela não tem os elementos básicos da nossa humanidade, que dizem respeito à nossa condição de sujeitos do desejo, do corpo e da vida, assim como à condição de liberdade. A liberdade é alimento imprescindível para a nossa humanidade. A nossa humanidade define-se se não houver a liberdade. E o que estamos vendo, tanto na pesquisa do IPEA quanto nos dados aqui apresentados pela Profa. Lia, é um processo de desumanização, uma condição que afeta a pessoa e é considerada como um crime ou atentado aos costumes. Ou seja, ele é diluído, é como se não houvesse um corpo, há uma descorporização, há um rompimento da alma e do próprio corpo. E o estupro que se dá, via de regra, dentro do sagrado lar do casal ou do leito do casal é como se a mulher tivesse que exercer a condição de ser perfeita nas várias funções a ela atribuídas pela sociedade, inclusive a condição de amante. E, muitas vezes, ao dizer não à relação, a mulher carrega uma culpa, como ocorre quando há um aborrecimento com um filho ou quando a casa não está nas condições adequadas. É como se a mulher se sentisse culpada por não exercer as funções que lhe são impostas nessa miríade de ditaduras da perfeição. Quando as mulheres dizem não aos seus companheiros e aos seus maridos, se sentem, via de regra, culpadas por não estar atendendo às perspectivas e às expectativas da própria sociedade, de uma cultura sexista, uma cultura machista.

Venho para falar do que nós estamos vendo na Comissão Parlamentar de Inquérito que discute a violência sexual contra crianças e adolescentes. Ali, nós vamos ver que há uma cadeia de vitimização. Via de regra, empurra-se a



criança, em função da sua pobreza, à condição de exploração sexual, e depois ela não tem direito de usar o seu próprio corpo, de exercer a sua sexualidade, que tem características peculiares e relacionadas com o seu desenvolvimento, a sua fase etária. Ela não tem direitos sexuais. E, muitas vezes, ela fala de várias formas, ela anuncia de várias formas, ela grita de várias formas a violência sexual que está em curso, mas ela não é escutada. E, quando se trata particularmente de adolescentes, há uma perspectiva e um olhar da sociedade de culpabilizá-la. A mulher também, via de regra, é culpabilizada por uma situação em que ela é vítima. Então, é uma cadeia de vitimização que precisa ser rompida.

E nós detectamos duas coisas. Primeiro, há um sentimento de impunidade muito grande, que precisa ser combatido em todas as esferas, inclusive no que diz respeito ao Poder Executivo, à constituição de inquéritos mais robustos. Enfim, é necessário o rompimento da impunidade, porque a impunidade, dentre outras coisas, provoca muito medo e a naturalização da exploração.

Nós estamos no Estado do Amazonas, em que há várias cidades com envolvimento grave, gravíssimo com a exploração sexual de crianças e adolescentes. Estamos indo, na semana que vem, para o Pará. O Norte do País concentra grande parte das rotas de exploração sexual.

Temos o impacto das grandes obras, que têm recrudescido a violência sexual contra mulheres e contra crianças e adolescentes. Portanto, são fenômenos que precisam ser contextualizados nesta lógica de que há uma ausência de proteção às nossas crianças e adolescentes e às nossas mulheres, no advento das grandes obras, e uma naturalização do próprio estupro.

O outro aspecto diz respeito à ausência de atendimento. Não há atendimento. O atendimento deve ser multissetorial, para que essas pessoas possam enfim curar as próprias feridas, ressignificar as suas vidas e interromper a trajetória de exploração sexual, se for o caso.

Eu vou encerrar, apenas lembrando a fala de uma menina numa capital nordestina, de 13 anos, que foi vítima de violência sexual com 11 anos de idade e até então não tinha tido qualquer tipo de atendimento do ponto de vista da necessidade de ressignificar sua própria história. E ela dizia: *A minha vida acabou. Eu não sou mais pura. Ninguém vai querer casar comigo.* Aí há um feixe de concepções absolutamente sexistas e machistas, mas que indicam que essa menina deveria ter tido um atendimento. E esse atendimento é extremamente precário.

Acho importante que se denuncie, para tirar a naturalização do estupro: o estupro que acontece dentro de casa, o estupro das mulheres que são julgadas pelas suas roupas, que são culpabilizadas pela situação de violência que



sofrem, nessa cadeia infinita de desumanização e nesse processo de domínio, porque a culpa é um domínio entranhado, é um domínio invisível, é um domínio que dilacera a autoestima, é um domínio que faz com que nós tenhamos dificuldade de estabelecer uma sociedade de direitos iguais.

Então, para além de nós denunciarmos, há a necessidade de que nós possamos ressignificar as vidas, ter um nível de atendimento, acabar com a impunidade e romper a cadeia de vitimização. Existe uma cadeia de vitimização.

Atente contra um direito e estará sempre atentando contra outro direito, posto que os direitos são todos indivisíveis. As mulheres têm direito ao seu corpo, têm direito à sua vida, têm direito à sua condição humana.

E falo isso porque estão em curso, nesta Casa, dois projetos atentatórios contra os direitos das mulheres: um é o Estatuto do Nascituro, que obriga os estupradores a registrarem os filhos, portanto, torna o estupro interminável, uma saga sem fim, uma dor sem fim, um estupro interminável. O segundo é o Estatuto da Família, que não identifica que há relações nos seios familiares que são hierarquizadas e subalternizantes e que considera a família como algo estático, monolítico e que a violência refere-se apenas às estruturas familiares.

Era isso, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Convidamos para fazer sua intervenção o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba. Mas, antes, Deputado, gostaríamos de fazer um registro: convidamos para compor a Mesa — já está aqui — a Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara, Deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como coautor também, gostaria de parabenizar a Presidência da Comissão pela realização deste seminário e também parabenizar os expositores, que não são só expositores, são pessoas comprometidas com a causa do combate e do enfrentamento da violência contra as mulheres. Também quero parabenizar as organizadoras da pesquisa *Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres*.

Na realidade, nós verificamos que, na Paraíba, só até o dia 5, 11 mulheres foram assassinadas. Além disso, também foram praticados 12 estupros, 26 agressões físicas e 16 tentativas de homicídio. O último homicídio foi o da companheira Érica Vanessa Lira, que foi assassinada pelo seu namorado, o Bacharel José Itamar de Lima Montenegro Filho. Ela foi mais uma vítima dessa violência praticada por aqueles que não respeitam a dignidade das mulheres, principalmente daquelas que efetivamente são as mais desrespeitadas.



Eu queria também dizer que, para evitar isso, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Governo da Paraíba está adotando um novo aplicativo, que ajuda as mulheres vítimas de agressão na Paraíba e é acionado através do celular. Quando as mulheres que estão na reincidência, que têm já um celular, acionam uma tecla, elas já se identificam no Centro Integrado de Operações Policiais — CIOP, para que a polícia possa pegar o agressor em flagrante.

Acho que este é um instrumento, porque acontece que algumas dessas violências são visíveis, mas outras são invisíveis, são silenciosas. Muitas mulheres sequer conseguem fazer um boletim de ocorrência. O mais grave é que a maioria dessas agressões ocorre nos finais de semana. É na sexta, no sábado e no domingo quando ocorre o maior número de agressões. E as Delegacias da Mulher estão fechadas nos finais de semana, só um delegado atende. Muitas vezes, chega lá a mulher e diz: *Vim aqui prestar um boletim de ocorrência.* Ele diz: *Olha, é melhor você voltar para casa. Ele estava embriagado. Você volta, vê se reconcilia.* Por isso é que há uma tolerância com relação a essa violência por parte de setores do poder público.

Portanto, é importante este debate para que nós possamos aprender. Como o velho Capiba dizia, em mulher não se bate nem com uma flor, ou seja, isso é sinal de que nós precisamos cuidar de enfrentar esses vários tipos de violência. E o seminário fala das faces da violência, ou seja, não há uma única face, são diversas faces que hoje estão sendo reveladas nessa violência praticada contra a mulher, com relação ao estupro ou ao abuso sexual, à violência sexual.

Então, eu queria parabenizar e dizer que é assim que nós iremos dar condições para um efetivo enfrentamento dessa questão, para que nós possamos aprender a respeitar, a valorizar e a amar as mulheres, que são as maiores vítimas dessa violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Obrigada, Deputado Luiz Couto, um dos autores do requerimento. A Deputada Erika Kokay, autora também, já se pronunciou. Somos, juntos, militantes da CPI de Combate à Exploração Sexual e da CPI do Tráfico de Pessoas. Na Comissão de Direitos Humanos, este debate é muitíssimo importante.

Convido a Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, para tomar parte no debate.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu quero saudar os visitantes e agradecer a contribuição importante para mais um debate sobre uma temática tão grave e tão preocupante. Esta Comissão é palco permanente de denúncias



e da presença de quem vive o problema, seja direta ou indiretamente, e nos deixa sempre uma grande indagação e aflição: o que fazer diante disso?

Acho que a gente tem que dar um passo à frente. É importante que se realizem audiências públicas e seminários como estes, porque eles vêm trazer novos enfoques sobre o problema e o diagnóstico do que falta ser feito. Por exemplo, um dado importante que o Dr. Daniel trouxe aqui é o fato de não existirem dados, não existir um diagnóstico completo, não existirem dados atualizados. A gente pergunta: por que não se consegue integrar esses dados que são gerados pelos órgãos de Governo nas três esferas, pelas instituições sociais que trabalham com o problema?

Acho que um seminário deste poderia suscitar uma iniciativa da própria Comissão e das entidades que estão participando do evento, no sentido de se tomarem iniciativas concretas junto ao Governo, junto às instituições sociais, para dizer: *Olha, o IPEA, um órgão absolutamente reconhecido, confiável e absolutamente importante na busca da verdade sobre essas questões, está denunciando que um grande problema no enfrentamento dessa questão é a falta de dados, é a falta de diagnóstico, é a falta de uma compreensão global de como esse fenômeno acontece no dia a dia da sociedade.*

Eu acho que a gente teria que enfrentar este problema: como conseguir ter um método, uma metodologia, ter uma ferramenta, a partir da qual se consiga ir tratando e ir incorporando novos dados que cheguem sobre essa realidade, de modo a se ter um quadro de diagnóstico permanente, completo e atualizado. Para quê? Para orientar a definição das políticas públicas no enfrentamento desse problema. Senão, serão sempre ações pontuais, sejam as ações de Governo nos três níveis, até também desarticuladamente, sejam as ações das entidades que são apoiadas financeira e politicamente pelo próprio Governo.

Então, falta a meu ver, além da compreensão que este debate possibilita, de um passo à frente disso: que um outro seminário que venhamos a realizar nesta Comissão ou em outro espaço seja a partir daquilo que este momento deixa e, a partir daí, o que foi possível lançar. Senão, deixa na gente uma grande aflição, uma grande angústia e uma sensação absoluta de impotência. Então, a minha sugestão é que se faça isso.

Outra observação: tem experiências muito interessantes. Eu conheço uma lá em São Paulo, da Casa de Isabel, uma casa que atende 3 mil mulheres por dia vítimas de violência. São só casos de mulheres vítimas de violência, dessas várias faces da violência, 3 mil por dia. E eu queria ouvir exatamente dos participantes da Mesa e do plenário sobre um trabalho que essa instituição faz também junto aos agressores. Eles entenderam que se deve trabalhar os conteúdos ideológicos que o próprio Daniel trouxe aqui para a gente refletir, do ponto de vista do machismo, do patriarcalismo, da dominação masculina sobre



a mulher, como um dado cultural incorporado pela sociedade, ao ponto de que a reação a esse problema da violência contra a criança, contra o adolescente, contra a mulher e contra o ser humano de um modo geral, tem uma reação e um tratamento diferente se o caso se dá com um membro da família ou se dá com alguém que não é da família. Inclusive, o fato de um agressor de uma família agredir e estuprar alguém de outra família tem impactos diferentes se o caso é no âmbito da família ou mesmo com membros da família em relação a pessoas de fora da família, do grupo familiar.

Percebem? A meu ver, são vários aspectos de um mesmo fenômeno. E, se a gente não ataca todos eles, a gente corre o risco de não ficar com a verdade inteira e, conseqüentemente, sem a solução adequada para esse problema. Então, eu estou falando para mim mesma: *O que fazer?*

Talvez a gente pudesse trazer aqui a Sônia, que é responsável pela Casa de Isabel, que está se multiplicando na Zona Leste de São Paulo, pois todas as regiões de São Paulo estão começando uma experiência como aquela. E, entre outras novidades, elas estão fazendo grupos de terapia de trabalho com os agressores, os próprios agressores daquelas mulheres atendidas pela Casa de Isabel, porque também eles têm uma carga cultural, têm uma carga de deformação desde a sua infância, tendo sido eles também vítimas de violência, ou seja, da cultura mais geral, que reproduz o padrão masculino, machista e patriarcal de quem se sente dono da mulher. Quando você indaga: *Mas você bate na sua mulher? Você agride sua mulher? Você violenta a sua mulher? Mas ela não é minha mulher?* A reação deles é também de naturalidade, porque isso é incorporado como sendo natural. Se ele está com ela, se é casado com ela, sob qualquer pretexto, ela é objeto dele, ele é dono dela, portanto, ele tem o direito inclusive de maltratá-la, de agredi-la e de possuí-la da forma mais animalesca que a gente encontra por aí afora.

Então, estou colocando isto como um desafio para nós mesmos: o que fazer para que, num próximo seminário ou audiência pública que a gente promova aqui — e tem que se promoverem muitas audiências públicas —, a gente possa trazer um dado à frente, naquilo que, daquele momento para cá, a gente conseguiu avançar. Sem isso, a gente vai ficar patinando, patinando, patinando, e chega um dado momento em que a gente fica sem perspectiva, o que é a pior coisa em qualquer situação.

Eu prometo encaminhar um requerimento propondo uma audiência pública com a presença da Sônia e de uma associação de advogadas e de acadêmicas de Direito voltadas à questão da mulher, para a gente poder trabalhar inclusive essas questões das normas e do aparato jurídico, que nem sempre funciona adequadamente. E há desencontros na interpretação dos juristas ou dos advogados a respeito desse marco institucional, sem o que também não se pode fazer o enfrentamento dessa questão.



Era um pouco isso que eu tinha a dizer, agradecendo a presença de todas as entidades aqui e de vocês que nos trouxeram mais uma contribuição muito importante, para podermos organizar, sistematizar e suscitar iniciativas e ações que nos permitam dar um salto de qualidade nessa questão.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - A Mesa repassa a palavra para a Deputada Jô Moraes, Coordenadora da Bancada Feminina. Em seguida, traremos a palavra de volta à Mesa, para que os dois palestrantes possam, eventualmente, responder, fazer suas considerações finais e, enfim, aumentar sua contribuição, depois da participação da plenária.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Boa tarde! Eu queria cumprimentar a Presidente Janete Capiberibe pela iniciativa e dizer que serei breve, porque esta sala ainda não criou condições para humanizar a recepção de tão ilustres convidados ali, que estão protestando com o seu choro (*palmas*), mas que mudam radicalmente o clima desta sala, porque eles são filhos da esperança, e, como filhos da esperança, nós temos que atender ao choro deles.

Queria apenas fazer um registro especial com relação a essa proposta, Dr. Daniel. Eu fui Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher, sobretudo a violência doméstica, e, sem dúvida nenhuma, se havia uma lacuna, era esta a lacuna: a violência sexual. Não só não pudemos tratá-la na dimensão que ela já assume na realidade, como também não tínhamos ferramentas de referência. A contribuição que o senhor traz com esta informação, com este levantamento, criará condições para que a Comissão, como disse a Deputada Luiza Erundina, possa passar a tratar e responder com as medidas eficazes.

Quero concluir dizendo que a próxima Mesa, sem dúvida nenhuma, impactou a visita da Artemis ontem, à Coordenação da Bancada Feminina (*palmas*), que nos alertou para o fato de que a Bancada Feminina assuma o compromisso de, neste mês de maio, visitar todas as entidades médicas, para que sejam parceiras nossas no enfrentamento e no combate à violência obstétrica.

Era isso, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Fazemos o registro da presença da Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, e do Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará.

Passamos a palavra ao Sr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, para respostas e considerações finais sobre o tema desta Mesa.



O SR. DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA - Vou ser muito breve, apenas tentando pontuar um ou outro comentário que foi feito.

A Deputada Erika Kokay fez uma exposição brilhante sobre a questão da desumanização e da liberdade em relação a esse problema. De fato, é a questão principal. Toda essa questão que discutíamos, da ideologia patriarcal e do machismo, que inverte os papéis de vítima e culpado, é um dos canais que, de alguma maneira, ajuda a propagar e perpetuar a violência sexual. Mas, por outro lado, essa ideologia, como foi bem falado aqui também, está entranhada na simbologia de gênero dentro do próprio sistema de Justiça Criminal, não só em relação à elaboração das leis, mas também em relação à atuação, no dia a dia, dos operadores desse sistema. Eu fico sempre pasmo quando percebo, por exemplo, que o estupro passou a ser um crime contra a liberdade e a dignidade sexual apenas em 2009, ou seja, ontem. Ela era tida como um crime contra os costumes.

Então, nós estamos impregnados dessa cultura não apenas difundida de forma sub-reptícia, nos meios de comunicação, nas várias expressões culturais, mas também dentro do próprio sistema de Justiça Criminal, pelas leis e pela forma como os operadores tratam do problema. Por exemplo, quando uma mulher é estuprada e, como o Deputado falou, chega a uma delegacia normal, muitas vezes ela escuta: *Ah não, você está mentindo*. Ou então ela vai ser desqualificada: *Por que você está aqui? Por que você estava andando na rua?*. Então, é um problema muito complexo, que envolve não apenas o Estado nos seus vários níveis, mas toda a sociedade.

A questão da inexistência de atendimento de que a Deputada falou também é uma boa questão. Esse atendimento é em várias dimensões: em relação ao próprio sistema de Justiça Criminal, mas também em relação aos próprios estabelecimentos de saúde. Por exemplo, será que nós estamos preparados, no Brasil, para receber as vítimas de estupro em todos os Municípios brasileiros ou, pelo menos, em todas as microrregiões brasileiras? Será que nós estamos preparados para oferecer o que a lei diz, como a possibilidade de aborto no caso do crime de estupro? Será que estamos preparados? A gente não sabe muito bem. Talvez exista um dado ou outro, mas a gente não tem uma completude disso daí.

Eu fico muito grato e concordo inteiramente com as palavras da Deputada Luiza Erundina, sobre a necessidade de a gente dar um passo além. Quer dizer, não adianta a gente ficar contextualizando e falando que é um problema, é uma tragédia, se a gente não melhorar nossas bases de informações e tiver dados acurados, dados precisos, para avançar alguns passos nisso, fazer um diagnóstico completo, saber que medidas adotar e saber se essas medidas estão surtindo efeito ou não.



No Brasil, a gente tem uma cultura de não avaliação dos programas. Muitas vezes, os programas, não só sociais, mas de modo geral, são boas ideias aparentemente, que são feitas nos Municípios, Estados e União. E a gente não sabe se cada real alocado naquele programa gerou efeito ou não, mas, para saber isso, a gente precisa ter dados.

É claro que sempre colocamos, da forma mais trágica possível, a falta de dados, mas temos que reconhecer, por outro lado, que avançamos alguns passos nisso. Eu tenho visto o esforço da Secretaria de Políticas para as Mulheres; as bases de dados; o acompanhamento dos vários instrumentos criados na Lei Maria da Penha; como isso tem sido feito; o Ligue 180. Então, existem alguns elementos aí, mas poderia melhorar muito.

Vou pegar o mesmo exemplo que a Deputada colocou. Se a pessoa vítima de estupro chegar ao sistema de saúde, a gente tem o dado no SINAN; se ela for ao IML, a gente não tem o dado, e, se ela for direto à Polícia, o dado é segmentado. Então, há que integrar essas bases. E integrar significa dizer que estamos falando de um problema federativo, que envolve Municípios, Estados e União. Mas é um problema que, para ser superado, depende, antes de tudo, de disposição política para fazer, porque, do ponto de vista técnico, integrar essas bases de dados não tem grandes dificuldades.

Por fim, só queria fazer um comentário em relação ao exemplo que a Deputada deu, da instituição de São Paulo. Eu, particularmente, não a conheço, mas acho que o próximo passo é exatamente tentar entender o que funciona, quais são as boas práticas, quais são as boas ideias e quais não são.

Nós do IPEA estamos fazendo um esforço. Trata-se de uma agenda de pesquisa que temos, porque estamos querendo investigar a efetividade da Lei Maria da Penha, se esses instrumentos criados no âmbito da Lei foram implantados ou não, qual é o conjunto de instrumentos que parece ter tido melhor resultado. Essa é uma agenda que já tínhamos e vamos continuar tendo no IPEA.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Muito obrigada ao convidado Daniel Ricardo de Castro Cerqueira. É muito importante o papel que o IPEA desempenha para que as políticas públicas sejam as mais acertadas possíveis.

Já quase finalizando esta primeira Mesa, concedo a palavra à Sra. Lia Zanotta Machado, professora da UnB.

A SRA. LIA ZANOTTA MACHADO - Acho que os comentários e as questões feitas pelos Deputados aqui presentes foram absolutamente importantes.



Espero que eu não seja pessimista, Deputada Erundina. Eu só estava pensando em que ano foi, mas houve um determinado momento entre 2002 e 2004 em que, insistentemente, nós pesquisadores sobre violência tentamos — acho que foi em governos diferentes inclusive —, junto à Secretaria de Segurança Pública Federal, conseguir dados que articulassem os dados das seguranças públicas estaduais e municipais. Não conseguimos. Isso não quer dizer que nós não possamos conseguir.

Só queria lembrar que, para a questão do estupro e das violências sexuais, é necessário realmente ter os dados das delegacias, que, assim mesmo, estão muito aquém dos dados relativos a abuso sexual e estupro. Por que digo isso? Porque grande parte das denúncias morre lá nas delegacias, ou porque é uma ação privada que tem de ter representação e algum parente retira a denúncia e não deixa o caso ir à frente, ou porque é induzido, ou porque não tem provas, etc.

Então, o número dos que chegam à Lei Maria da Penha, Sra. Deputada, é muito menor do que aquilo que se denuncia nas delegacias. E onde se consegue o maior número de denúncias é nas Delegacias Especializadas da Mulher ou das Crianças e dos Adolescentes, porque as outras delegacias têm ouvidos moucos para tal tipo de violência.

Mesmo para juntar dados das secretarias públicas estaduais e municipais, há aí todo um exercício de quem tem autonomia, de quem pode juntar ou não, há um problema institucional gravíssimo, que eu pensei que daria para resolvermos, mas nós, os pesquisadores que queríamos isso, não resolvemos até agora. Mas eu acho que isso é fundamental em termos de dados, para se ter uma ideia.

Conseguimos algumas coisas, eu acho, especialmente quando vejo os dados da área da saúde. Depois de a notificação de violência contra crianças e mulheres ser obrigatória, nós temos dados, hoje, que não tínhamos ontem. Então, eu sou otimista, quem sabe nós chegamos lá. *(Riso.)* Isso é importante. Realmente, são caminhos diferentes, como disse o colega: um vai para a saúde, outro vai para as secretarias de segurança — geralmente, os IMLs estão dentro da secretaria de segurança. Mas são dados complicados.

Também precisamos continuar fazendo pesquisas gerais, não apenas de opinião, mas fazer PNADs específicas, para ver como está a violência sexual e o abuso sexual. Por quê? Como grande parte daquilo que é mais escondido é o estupro nas próprias casas, eu acho que nós precisamos pensar em um PNAD especial sobre a questão da violência sexual, porque muitos dados estão escondidos aí. Em termos de dados, eu acho que isso era o principal que tinha a dizer.



Agora, também tem o lado otimista e o lado pessimista. Sobre o lado otimista, nós temos, mesmo no Distrito Federal, — mesmo não, talvez até um pouquinho melhor do que em outros lugares —, atendimento aos agressores. Foi uma coisa difícil de ser implantada, mas que está sendo feita, o que é uma forma de tentar recuperá-los. Em alguns juizados não acontece nada: os agressores vão para casa, a suspensão é absolutamente sem cuidado nenhum. Mas há atendimento sim. Nós precisamos fazer uma pesquisa para ver se isso está funcionando. Espero que esteja.

Quanto a outra questão aqui falada, da culpabilização das mulheres, da desumanização das mulheres, eu só queria terminar dizendo que eu fico impressionada, absolutamente impressionada com o fato de que embora, de um lado, a opinião pública seja a favor da Lei Maria da Penha, de outro lado, a opinião pública e a opinião pessoal continuam a dizer que a culpa é sempre das mulheres: são elas que não saem das relações violentas, elas que põem as roupas, elas que vão para as ruas sem poder, elas que andam à noite. Aí nós temos um problema não só na área doméstica, porque estamos também cerceando a liberdade das mulheres circularem pela cidade. Acho que esta movimentação é muito importante: mostrar como as mulheres podem e devem circular e que isso não pode depender nem da hora, nem do fato de ter luz ou não, nem da roupa que elas usam. Então, isso é fundamental. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Antes de encerrarmos os trabalhos desta Mesa, nós vamos conceder a palavra à Deputada Iara Bernardi. Pedimos, Deputada, brevidade na sua intervenção, que será a última desta Mesa, para não comprometermos a próxima Mesa.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Perfeito. Só queria lembrar ao companheiro Daniel, que está representado o IPEA, que nós temos uma legislação aprovada, a que também se referiu a companheira Lia Zanotta. Nós aprovamos, no ano passado e com muita dificuldade, nesta Casa, a legislação que trata do atendimento específico às vítimas de violência sexual: crianças, adolescentes, mulheres adultas, homens e idosos. Em cada região, tem que ter um hospital de referência e o serviço funcionando em rede.

A Sra. Deputada Erundina ressaltou muito a questão dos dados para nós sabermos a amplitude do problema, A partir daí, se as regiões estiverem obedecendo à lei — e o SUS tem de fazer isso, porque o atendimento é pelo SUS —teremos os dados concretos de cada região deste País sobre os casos de violência sexual. A legislação já determina que o atendimento específico seja regionalizado e em rede, o que envolve hospital, aparato policial, IML, atendimento psicológico e outros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Obrigada, Deputada Iara Bernardi. Antes de desfazermos esta Mesa, quero dizer que, quando



presidimos, não fazemos intervenções. Mas ouvi aqui o Sr. Daniel Ricardo de Castro, que fez uma pergunta — eu sou da Região Amazônica — muito interessante: *Será que o Estado brasileiro está preparado para o enfrentamento à exploração sexual, ao estupro?* Eu lhe digo que não está, porque ali no Amapá, onde começa o Brasil, na fronteira do Oiapoque, meninas de 11 anos, 12 anos, 13 anos, trazidas do Piauí, Maranhão e Pará, são entregues; são vendidas suas virgindades por 500 euros. É uma fronteira com a França, com Guiana Francesa!

Felizmente, a Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança do Estado do Amapá prendeu a agenciadora do tráfico dessas crianças e prendeu também a dona e gerente de um bom hotel na cidade do Oiapoque.

Nós vamos solicitar à Deputada Erika Kokay que chegue até lá — a CPI do Tráfico de Pessoas já chegou —, ou seja, que a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes chegue até o Oiapoque, porque é um absurdo o que acontece lá.

Por último, eu quero aproveitar para convidá-los, em nome da Deputada Jô Moraes, que coordena a bancada feminina e promove as Quintas Femininas — nós propusemos esse debate no ano passado —, para uma atividade, na próxima quinta-feira, amanhã, pela passagem do Dia Internacional da Parteira Tradicional, na qual as mulheres terão oportunidade de debater a humanização do parto, a eliminação da indústria das cesarianas desnecessárias.

Então, esse debate ocorrerá às 10 horas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, no Plenário 2, da Ala Senador Nilo Coelho. Todos e todas estão convidados para participar. Vão participar a Profa. Silvéria Santos, que é representante da UnB e é parteira; a Dra. Jussara Vieira, enfermeira da Secretaria de Saúde; a Sra. Maria Luiza Dias, Presidente da Rede Estadual das Parteiras do meu Estado do Amapá; a Dra. Juliana Resende, enfermeira da Câmara dos Deputados e doula.

Então, todas estão convidadas para participar da Quinta Feminina, às 10 horas da manhã. Eu acredito na prevenção que podemos fazer, militando nesse segmento. Muitas questões que estão colocadas estão, inclusive, aqui nesta Mesa, de frente para o Plenário.

Finalizando, gostaria de convidar as mães que estão com bebês, as organizações, o movimento social que está participando deste seminário, para chegarem aqui na frente. É um pedido que a Comissão faz para tirarmos uma foto, para registro deste dia memorável aqui na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Então, estão convidadas.



Eu convido o Deputado Jean Wyllys...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada, só uma sugestão: não seria melhor a gente fazer essa foto no final?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Já houve essa sugestão antes. Não sei, nós fazemos uma...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu acho melhor no final.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Capiberibe) - Então, vence a plenária, a maioria. Será no final. Eu desfaço esta Mesa e agradeço aos dois expositores.

Convido o Deputado Jean Wyllys, que é autor do tema da próxima Mesa, da segunda Mesa, que tratará do tema *Violência Obstétrica*. Ele fará o convite aos expositores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Boa tarde! Eu vou dar prosseguimento à formação da segunda Mesa.

Convido a Presidenta da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, Daphne Rattner, para ocupar a mesa. (*Palmas.*) Convido também a Sra. Raquel de Almeida Marques, Presidenta da Artemis. (*Palmas.*)

Eu quero registrar, desde já, a presença da Deputada Rosane Ferreira, do PV, e da Deputada Rosinha da Adefal, que está no PTdoB. Obrigado, meninas.

Boa tarde a todas! E, quando eu digo todas, estou incluindo neste coletivo nós, os rapazes. As mulheres foram tanto tempo incluídas no coletivo masculino, não custa nada nós sermos subsumidos do coletivo feminino, não é? Ser mulher não é ruim. (*Palmas.*)

Graças ao caso da Adelir Carmen, o meu mandato iniciou com a Artemis uma campanha contra a violência obstétrica, tema do qual a gente vai ouvir falar hoje na Mesa. E, dessa parceria entre o meu mandato e a Artemis, nasceu a ideia de incluir, neste Seminário *Faces da Violência Contra a Mulher*, a violência obstétrica também.

Há pouco tempo, há 2 semanas, eu estive em Estocolmo, a convite da Agência da ONU que trata de desenvolvimento e população, para uma conferência sobre desenvolvimento e população que reuniu Parlamentares representantes de Casas Legislativas de todas as nações unidas.

O objetivo dessa Conferência de Estocolmo era reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e da população LGBT como fundamentais para o



desenvolvimento sustentável. A Agência entende que não há desenvolvimento sustentável, nem enfrentamento da pobreza, se os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBT não forem reconhecidos.

Nessa conferência, os Parlamentares — volto a dizer — representavam as Casas Legislativas. Não eram todos os Parlamentares que estavam lá, mas os Parlamentares que representavam as Casas Legislativas foram divididos em blocos geopolíticos, não pela língua, mas pela localização. Eu, por exemplo, fiquei no bloco da América Latina.

Os blocos geopolíticos que mais se opuseram ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e aos direitos da população LGBT foram os dos países árabes, quer dizer, do Oriente Médio, com a forte influência mulçumana nas legislações e no Estado, e os partidos da África Subsaariana, com a forte influência do cristianismo e do islamismo também no Estado e nas leis. Esses foram os países que mais se opuseram.

Mas, ao fim, ao cabo, nós saímos vitoriosos. O consenso que saiu dessa reunião em Estocolmo eu até o trouxe aqui, para ler dois tópicos do que foi aprovado, para que vocês saibam como a comunidade internacional vem tratando esse tema.

É curioso dizer que justamente os países que se opuseram aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBT são aqueles em que há um crescimento muito grande do fundamentalismo religioso, tanto do fundamentalismo religioso islâmico como do cristão.

E aí eu não quero confundir o fundamentalismo islâmico e cristão com toda a comunidade cristã ou com toda a comunidade islâmica. Por exemplo, na Nigéria, o grupo Boko Haram, que sequestrou agora mais de 200 garotas, é um grupo radical, fundamentalista, islâmico; o que não quer dizer que toda a comunidade islâmica da Nigéria apoia as ações desse grupo.

Da mesma maneira, as Igrejas que se opuseram à campanha de vacinação de meninas contra o HPV no Brasil, que boicotaram a campanha, apesar de o HPV, que gera câncer de colo de útero, contaminar mais de 600 mil mulheres por ano e matar 4 mil por ano, também foram Igrejas fundamentalistas, e não são todas as Igrejas cristãs.

Então, é importante que a gente abra esta Mesa colocando também o cenário mundial acerca dos direitos sexuais e reprodutivos.

E a ONU vem se colocando contra alguns males que dizem respeito aos direitos sexuais. Quer dizer, que males o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos pode combater? Os casamentos forçados de meninas — muitas meninas, sobretudo nos países da África Subsaariana, são obrigadas a contrair



matrimônio antes dos 18 anos, meninas de 11 anos —; a gravidez precoce; a violência sexual, quer dizer, os estupros e toda violência sexual; a violência obstétrica entrou também como um dos males a ser enfrentado; e as mortes e prisões decorrentes de abortos clandestinos.

No Consenso de Estocolmo, o consenso entre os Parlamentares, nas políticas públicas e leis, eles recomendam, por exemplo, que haja uma despenalização da prática do aborto. Quer dizer, as mulheres não têm que ser presas. Há um conjunto de mulheres encarceradas pela prática do aborto clandestino. E que as legislações passem a conceber o aborto seguro não como medida de planejamento familiar ou medida de contracepção, mas, sobretudo, nos casos em que a vida materna está ameaçada. Isso é fundamental.

Dito isso, feitas essas primeiras considerações... Para quem quiser o documento eu posso depois passar. É só levantar a mão que a Lis, minha assessora, vai pegar o nome de vocês. Eu encaminharei o documento sobre o Consenso de Estocolmo — Direitos Sexuais e Reprodutivos. Esse é um instrumento fundamental, para as lutas da sociedade civil organizada em favor dos direitos das mulheres e também para a gente orientar os Parlamentares. Essa é a função desse documento.

Feitas essas considerações, eu passo a palavra para a Sra. Daphne Rattner, Presidenta da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento.

A nossa Presidenta da bancada feminina está pedindo que eu faça uns registros, antes de passar a palavra para a Sra. Daphne. Às ativistas de humanização de São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Campinas, Belém do Pará, Campo Grande, Minas Gerais, Natal, a todas as meninas, obrigado. *(Palmas.)*

Eu quero registrar também aqui que o grupo Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa, do movimento O Parto é Nosso, instituição do Pará, também me entregou um documento. Está registrado aqui. Vou lê-lo com todo o cuidado e carinho.

Quero convidar a Deputada Erika Kokay, que é autora do requerimento deste seminário, para ocupar a mesa. É importante que ela venha para cá. Venha, Erika, sim, ocupe aqui. *(Palmas.)*

Cumpridas essas formalidades, vamos descobrir o que é a violência obstétrica, através dessas duas falas, começando pela Sra. Daphne Rattner.

Obrigado.

A SRA. DAPHNE RATTNER - Boa tarde. Eu pedi para apagar um pouquinho. O povo está conseguindo ver aqui? *(Pausa.)*



Gente, boa tarde! Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite. Eu acho que é uma honra muito grande estar nesta Casa em uma sessão em que a gente tem tantas mulheres que brigam pelos direitos das mulheres. Então, eu quero agradecer, primeiro, a acolhida que o Jean Wyllys, a Erika, o Luiz Couto, os Deputados deram à nossa demanda, formulada pela Artemis; e agradecer por poder falar, dentre as violências múltiplas de gênero que foram tão bem abordadas antes da minha fala, de mais esta violência, que também é de gênero e que ocorre dentro dos espaços nos quais a gente acredita que as pessoas deveriam ser cuidadas, a violência obstétrica.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou falar um pouco de direitos humanos; de cuidado desrespeitoso que dificulta o alcance do quinto objetivo de desenvolvimento do milênio; do que é violência obstétrica, e vou dar poucos exemplos, porque o meu tempo é curto; falar um pouco da formação profissional e do treinamento em serviço e de como a humanização da atenção à gestação, ao parto e ao nascimento é a saída para isso. A Deputada Erundina pediu saída. A saída nós trazemos.

Direitos humanos na assistência são os direitos gerais, na Comissão Nacional de Direitos Humanos: direito à equidade, quem precisa mais recebe mais, quem precisa menos recebe menos; direito ao respeito; direito à dignidade, direito à autonomia — e o Deputado Jean Wyllys trouxe o caso da Adelir, em que a autonomia foi tratorada —; e uma assistência integral que se preocupe não apenas com os aspectos biológicos, mas com a história da mulher, com a religião da mulher, com o contexto que ela traz, se aquela gravidez foi uma gravidez desejada, se aquela gravidez foi uma gravidez resultante de estupro. Nessas situações quem vai cuidar precisa ter esse cuidado.

O que é parto humanizado, então? Vamos colocar o que nós entendemos como parto humanizado. O primeiro deles é que a mulher é sujeito do processo. É a mulher que engravida, porque ela tem todas as condições para parir. O equipamento que ela traz, já que nós falamos muito de tecnologia, todo o aparato genital dela foi preparado para parir. Então, a mulher é protagonista. O tempo do parto é o dela. O início do trabalho de parto é dela, e ela pode fazer muitas escolhas durante o parto.

O segundo aspecto é que, hoje em dia, nós temos evidências científicas, que cada vez mais mostram que a mulher tem condições de parir. E nós sabemos que muitas das práticas que foram sendo incorporadas historicamente à assistência obstétrica, sem uma avaliação do que a gente chama avaliação de tecnologia, hoje em dia, com a medicina baseada em evidências, têm que ser eliminadas do cuidado. A má notícia que eu trago é que elas não só são correntes na maior parte dos serviços de saúde, como também continuam sendo ensinadas nas faculdades de Medicina. Então, se a gente acredita que



as universidades são os templos do saber e o transmitem, elas, na verdade, reproduzem uma determinada cultura, reproduzem determinados valores. Há muita demora para que esse conhecimento, baseado em evidências científicas, chegue aos professores. E, finalmente, parto humanizado, como eu comentei, exige o respeito à cultura, à história, ao contexto da mulher e aos sentimentos dela.

O objeto de desenvolvimento do milênio: melhorar a saúde materna, reduzir a mortalidade materna, mas não é só não morrer, engravidar. A gente quer mais do que isso: acesso ao serviço de saúde que a gente vê. A gente não vai atingir esse objetivo, embora o acesso esteja plenamente resolvido, a maior parte das mulheres no Brasil faz pré-natal. Acho que menos de 1% não faz nenhuma consulta de pré-natal, e 98,5% dos partos são institucionais, são em hospitais, mas as mulheres continuam morrendo. Uma parte da explicação que a gente vai trazer para cá é o desrespeito aos direitos das mulheres. Isto é uma Casa de Leis, estamos falando de direitos.

Da parte do sistema de saúde, ainda não há garantia de vaga. A Deputada Erundina está aqui, a Lei nº 11.634, de 2007, foi de autoria dela. Toda mulher tem o direito — como diz aqui embaixo — de saber onde vai parir, de conhecer e não sair peregrinando. Apesar disso, essas duas notícias são de abril, recentes. Em Salvador e no Rio de Janeiro, a Leilane e a Deise tiveram dificuldade de encontrar um leito para parir.

Da parte das instituições. Então, o sistema de saúde ainda não se humanizou e permite que isso aconteça.

A gente tem os princípios da Bioética. Todo cuidado tem que respeitar quatro princípios. O primeiro deles tem que levar em conta a beneficência — tudo o que for feito tem que ser benéfico. Segundo, não maleficência — não fazer o que vai prejudicar a saúde de quem está sendo cuidado. O terceiro item dos princípios da Bioética é autonomia, autonomia da mulher na escolha, a autonomia do profissional. E o quarto princípio é equidade e justiça.

E eu acho que, quando a gente começa a refletir o caso da Adelir, que o Deputado trouxe, em face dos princípios da Bioética, pelo menos 75% deles foram desconsiderados.

Então, nas instituições nós temos rotinas desrespeitosas na admissão. Quando a mulher chega, tiram óculos, tiram dentadura, tiram brincos, tiram anel, colocam-na naquela camisola. É uma situação em que não se respeita a dignidade da mulher.

Os protocolos da maior parte dos serviços estão desatualizados. E, se a pessoa tem direito a uma assistência no que melhor temos de conhecimento



científico e disponibilidade de tecnologia, então, esse aspecto também é desconsiderado.

Desrespeito aos direitos, principalmente, se pegarmos como exemplo, o direito à Lei do Acompanhante. Essa Lei é de 2005. Em 2006, foi feita a PNDS — Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, que constatou que 16% das mulheres tinham acompanhante.

Já tivemos uma audiência pública aqui na Câmara, quando eu era do Ministério da Saúde, que discutiu isso. E, agora, a pesquisa Nascir no Brasil, que coletou dados de 2011 e 2012, identificou que em relação a esse direito, que é de 2005, apenas 44% das mulheres tiveram acompanhante durante o trabalho de parto, e, na hora do parto: *Por favor, o senhor dá uma saidinha*, 36% tiveram acompanhante.

Então, esse é um direito que ainda não está assegurado.

O que seria, então, violência obstétrica? A Venezuela criou uma lei que tipifica as diferentes formas de violência contra a mulher, e a gente buscou nessa lei da Venezuela a definição. É a apropriação do corpo e do processo reprodutivo da mulher pela equipe de saúde, que é expresso no tratamento desumanizado, abuso de medicação, na conversão de processos naturais em patológicos, trazendo com isso a perda da autonomia e da capacidade de decidir livremente sobre o seu corpo e sexualidade, com um impacto negativo na qualidade de vida das mulheres.

Isso reproduz o que apareceu na Mesa anterior. Já se falou da violência como apropriação do corpo da mulher. O estupro nada mais é do que isso, serviço de estupro.

Componentes da lei da Venezuela. Diz que, por exemplo, se a mulher precisa de uma assistência, em uma emergência, e ela não tem uma assistência efetiva nem oportuna, isso é uma violência. Forçar a mulher a dar à luz em uma posição com as pernas levantadas, uma posição antinatural, quando existem métodos para um parto vertical, é violência. Impedir o contato precoce com o bebê dela, contato pele a pele, — e o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde já divulgaram isso —, que é uma das estratégias de sobrevivência de o bebê não ter hipotermia, é violência. Alterar o processo natural de um parto de baixo risco, usando técnicas de aceleração, sem obter o consentimento voluntário, expresso e informado da mulher, é violência. E são rotinas do serviço. Ninguém pergunta. Na verdade, depois que a mulher entra no serviço, ninguém pergunta nada. E realizar uma cesárea, quando o parto vaginal é possível, sem obter o consentimento voluntário, expresso e informado, é violência. E aí eu nem vou entrar em detalhe sobre a quantidade de cesarianas desnecessárias que a gente tem.



Algumas formas de violência que eu trouxe. Aqui tem uma mulher amarrada para fazer o parto. Isso é frequente. Quando ela é presidiária, ela é algemada. Quando ela não é presidiária, ela é amarrada.

Kristeller é uma manobra muito utilizada, inclusive eu tenho tido relatos muito frequentes aqui no Distrito Federal. Na medida em que a mulher está numa posição antinatural para parir, se resolve apertar a barriga dela para sair. Eu costumo usar imagem de um tubo de pasta de dentes: a gente aperta aqui, sai lá. Enxergar a mulher que pode parir naturalmente — e ela tem essa condição de deixar sair — dessa forma é uma violência. E, efetivamente, têm sido relatados casos de ruptura uterina, ruptura de fígado, quebra de costela, ruptura de baço, afora lesão no bebê. Tudo isso é violência.

Aqui é um episiotomia, um corte embaixo. Eu preferi não trazer a episiotomia. Esta é uma forma artística de denunciar. Há uma fotógrafa que colheu relatos de episiotomia e fez fotos. E aqui a mulher diz que ela deitou, e ela tinha pedido para o médico não fazer episiotomia. E, na hora que foi cortar, o marido estava lá e disse assim: *Mas não está cortando demais não, doutor? Corte embaixo...* Eu queria dizer que as mulheres têm competência para se dilatar e deixar o bebê nascer. Não precisam cortar embaixo, gente. A mulher deixa nascer!

Bom, e aí vem um artigo da Simone Diniz e da Alessandra Chacham que fala o seguinte: *Quando a mulher não é cortada em cima, ela é cortada embaixo*. Então, se não se faz cesárea, corta-se embaixo. Isso parte de uma visão cultural da incompetência da mulher para fazer um monte de coisas, inclusive parir; ela precisa de ajuda. A gente tira por cima ou a gente tira por baixo; ela não vai conseguir se a gente não ajudá-la. Então, as nossas taxas de cesáreas estão crescentes.

A gente teve uma reunião hoje pela manhã com a Dra. Maria Esther de Albuquerque Vilela. Ela repetidamente traz o dado que nós chegamos a 55,7% de cesáreas no Brasil em 2012. Já deve estar maior, está crescendo a uma base de 2% ao ano. Então, será que vamos conseguir deter esse crescimento?

Eu vou passar rapidinho sobre violências por causa do meu tempo. Mas a pesquisa da Fundação Perseu Abramo — acho até que a Raquel vai falar um pouquinho sobre isso — falou, trouxe várias formas de violências que estavam escondidas e detectou que 25%, uma em cada quatro mulheres, relatam alguma forma de violência. E eu ousei dizer que as que não relatam é porque não reconhecem tais práticas como violência. Às vezes começamos a conversar com pessoas de mais idades: *Mas que é isso de violência?* E a pessoa: *Ah, mas então eu sofri violência*. É uma violência institucionalizada; faz parte da cultura dos serviços de saúde.



E, aqui, frases ouvidas. A violência verbal, o que as mulheres escutam no momento que eu considero muito sublime, que é o de trazer mais uma criança ao mundo, é terrível. Eu estava conversando hoje pela manhã com uma mulher que, aos 5 meses, perdeu a gestação. Estava lá com o bebê, ia nascer, ia nascer... Acabou o bebê nascendo e depois morrendo. E, assim, ela ouviu as médicas conversando entre si: *Isso aqui é mais um descarte*. Ela tinha toda uma expectativa com aquela criança, aquela criança não era um descarte para ela, mas para o serviço de saúde era. Eu vou acelerar.

Bom, então, por que nós temos isso? Nós temos a desumanização num processo de cuidado sem privacidade, autonomia e dignidade, uma linha de produção de cuidado.

Foi desumanizado porque nós temos essa visão de gênero e, principalmente, porque nós temos uma formação profissional que desumaniza os profissionais, é um processo de dessensibilização; não considera valores como individualidade dos pacientes; as práticas ensinadas não estão atualizadas com base em evidências científicas. A cultura... Quando eu era estudante na faculdade, eu ouvia aquelas frases ditas por outros, e se espera que os estudantes passem a repeti-la. Não são ensinados direitos humanos, e desta Comissão de Direitos Humanos eu acho que poderia sair alguma coisa sobre no campo da saúde haver aprendizagem sobre direitos humanos. (*Palmas.*) E as práticas humanizadas não são ensinadas. A boa notícia é que temos uma política nacional de humanização, e a gente espera que ela vá conseguir invadir o processo de formação.

Este é um artigo que fala de pacientes bons e pacientes maus, publicado no New England Journal of Medicine. Ele é de autoria de uma médica, que diz: *Nós médicos fazemos muita coisa que seria inaceitável em outras circunstâncias. Somos treinados não apenas para fazer isso, mas também sobre como fazê-lo quase sem perceber, quase sem se importar, ao menos como nos importaríamos se fossem outras as circunstâncias ou situações.*

Para mudar isso, precisamos mudar a cultura institucional, para que as pessoas sejam reconhecidas como sujeitos e não como objetos de cuidado. Precisamos de uma atenção que considere isso. Precisamos adotar práticas pouco invasivas e baseadas em evidências científicas e reduzir procedimentos sem base em evidência científica e sem indicação: cesáreas eletivas, episiotomias, amniotomias.

Somos neste momento, como REHUNA, parceiros do Ministério Público do DF e Territórios e mantemos relações com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Temos parceria com o Ministério da Saúde e com o Executivo e estamos neste processo de construir parceria com o Legislativo. Porque este é um problema de toda a sociedade civil, não só de uma ONG.



Talvez precisássemos discutir o impacto da lei. Na Venezuela, a lei não conseguiu mudar a cultura dos serviços e acabou resultando numa situação em que médicos que sempre fizeram aquilo que agora se chama de violência estão muitas vezes recusando cuidados às mulheres, para sua conduta não ser tipificada como violência. Então temos que pensar se a lei resolve.

Mudanças no ensino de obstetrícia, para que futuros médicos, gestores e outros profissionais de saúde, enfermeiros possam...

Associações de classe. Eu fiquei muito feliz de saber daquilo que a Deputada Jô Moraes disse. Vamos conversar com os profissionais médicos a respeito e mudar isso que foi dito aqui hoje. Nós temos uma cultura que legitima a violência, então nós vamos ter que mudar a nossa cultura, porque ela, de alguma forma, legitima que as mulheres sejam violentadas.

Eu achei a coisa mais linda, em 2012, as mulheres irem às ruas dizer que querem ter o direito de parir direito, porque o corpo é delas. Então, queremos que todas aqui se unam na defesa dos direitos de escolha das mulheres, as barrigas desfilando. A proposta é humanizar a assistência.

Eu queria agradecer a oportunidade de compartilhar com vocês estas reflexões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Daphne. Brilhante fala!

Quero registrar a presença da ABENFO —Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiras Obstetras. A representante pode se levantar? *(Pausa.)* Uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Eu passo a palavra para a Raquel de Almeida Marques, que é Presidenta da Artemis.

A SRA. RAQUEL DE ALMEIDA MARQUES- Boa tarde a todos. Obrigada, Deputada Erika Kokay, Deputado Jean Wyllys, pela acolhida da demanda. Agradeço também às amigas e seus bebês, que viajaram de avião, vindo de muito longe, para defender esta causa que nos movimenta, que diz respeito aos nossos corpos, aos corpos de nossas irmãs, de nossas mães. Essa é uma violência invisibilizada há muito tempo, mas agora a gente está conseguindo trazer à luz o nosso sofrimento. Não vamos mais ficar caladas, fazemos questão de que o mundo todo ouça aquilo que nós ouvíamos sozinhas, sem acompanhante, nas salas de parto, dito por profissionais que deveriam estar cuidando de nós.

Eu vinha a esta audiência preparada, com toda a razão e todo o argumento, para ser o mais linear possível, mas quando aqui cheguei, eu fui abordada pela Edna, que me trouxe mais um caso. Infelizmente, a rotina na Artemis é esta:



todos os dias, nós recebemos casos de mulheres mutiladas, mortas, traumatizadas, violentadas psicologicamente, moralmente e até sexualmente, a gente pode dizer, porque quando cinco residentes colocam os dedos dentro da vagina de uma mulher sequencialmente, sem autorização, isso é um estupro! Isso é um estupro! E aí dela se reclamar, porque *isto é um hospital universitário; aqui você se submete a isso, ou vai procurar assistência em outro lugar*. Não é Gisele? É assim mesmo.

Então, eu vim com toda razão e toda racionalidade do mundo, mas aqui fui destruída por mais uma história, que não pode ficar sendo conhecida apenas como mais uma história. Ela era uma mulher de 18 anos que estava grávida e procurou o serviço de saúde porque esperava que lá conseguisse dar à luz o seu filho. Mas não foi isso que ela encontrou. Apesar de haver a Lei do Acompanhante, de 2005, naquele hospital do Pará, para que conseguisse ter um acompanhante com ela, cobraram dela 600 reais. Para que o marido pudesse acompanhá-la! Mas, como eles não tinham esse dinheiro, ela entrou sozinha.

Talvez para quem tem, dentro dos hospitais, essa rotina de atender partos, partos e partos, ela fosse mais uma mulher, mais um parto, ou seja, mais um trabalho para fazer, mais uma tarefa para tirar da frente. Mas ela estava em trabalho de parto. E o pessoal procurou agilizar esse trabalho de parto. E, com o intuito de fazer uma série de procedimentos para que aquele parto terminasse logo, fizeram uma manobra de Kristeller, como a que foi demonstrada pela Profa. Daphne, que é o ato de subir na barriga da mulher e espremê-la, como se fosse uma pasta de dentes, para que o bebê seja expulso quando ainda não há nem dilatação completa — no caso dela, não havia uma dilatação completa.

Nesse processo, o bebê da Ana Carolina morreu, a Ana Carolina teve uma ruptura uterina e morreu de hemorragia.

Ana Carolina Carvalho Santiago é um símbolo de uma mulher que, ao dar a vida a alguém, perdeu a sua própria vida. Ana Carolina é um caso de 1.813 casos de mortes maternas que aconteceram no ano passado.

Hoje, enquanto todos nós, do movimento da humanização, estávamos contentes por estarmos aqui em Brasília para tirar da invisibilidade a nossa dor, a nossa luta e todas essas mortes que acontecem todos os dias, ao menos cinco mulheres, cinco irmãs, cinco brasileiras — se nós formos considerar só o Brasil — morreram ao dar à luz, e muitas delas — quase todas — por causas evitáveis, por negligência, por imperícia, por falta de atendimento.



Então, em nome da Ana Carolina e das 1.813 irmãs que morreram no ano passado, gostaria de pedir alguns instantes de silêncio pela honra dessas vidas que não podem ser esquecidas.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

(Palmas.)

A SRA. RAQUEL DE ALMEIDA MARQUES - Bom, apontar o cenário é uma necessidade para que, talvez, as pessoas que não estejam tão acostumadas como nós a essa rotina percebam a gravidade da situação. Mas, mais do que isso, nós precisamos apontar soluções e caminhos para que essas coisas mudem. E é isso que eu vim propor aqui.

A violência obstétrica não é exclusividade do País. Mas o que nos difere de outros lugares é muitas outras nações estão atuando efetivamente na mudança desse cenário. Inglaterra, Nova Zelândia, Holanda, Suécia mudaram muito o sistema de saúde, ao fortalecer o trabalho das enfermeiras obstetras e obstetrizes, que são figuras fundamentais para a assistência ao parto de qualidade; ao criar casas de parto normal; ao criar toda uma estrutura, uma mudança no sistema de atendimento ao parto, de maneira que pudessem melhorar os indicadores quantitativos e qualitativos do serviço prestado.

Aqui na América Latina não é diferente. A Argentina fez uma lei pela humanização do nascimento, uma lei muito bonita, que apela para o positivo: na Argentina eles optaram por falar dos direitos que as mulheres têm.

Na Venezuela, na Lei Maria da Penha deles, na lei contra todos os tipos de violência contra a mulher, a violência obstétrica está tipificada. Uma cesárea desnecessária, procedimentos que causem danos ou ameaças psicológicas e morais contra as mulheres são crimes. O profissional que faz isso comete um crime, e as mulheres venezuelanas, nesse sentido, estão mais protegidas, porque esses profissionais podem ir para a cadeia por terem praticado tais ações.

No último dia 30 de abril, semana passada, o Senado mexicano aprovou uma lei, também, contra a violência obstétrica.

Então, eu fico muito contente que as nações estejam acordando para essa realidade e buscando, das mais diversas formas, coibir esse tipo de problema. Contudo, acredito que não seja a falta de leis a nossa questão. Nós temos muitas leis, regulamentações incríveis. Temos a Lei do Acompanhante; temos a RDC nº 36, de 2008, da ANVISA. Se essas coisas estivessem hoje sendo cumpridas, nossa realidade seria outra. Não acho, necessariamente, que seja de leis que nós precisamos. Nós precisamos de mudança de cenário prático.



Então, o que eu peço são quatro coisas. A primeira é a maior presença e atuação da ANVISA. A ANVISA tem a sua RDC nº 36, de 2008, que é uma regulamentação linda e perfeita e já tem 6 anos de vida. Nós gostaríamos de saber por que é que hoje, em 2014, os hospitais ainda não cumprem a RDC nº 36, de 2008.

Então, o que nós viemos aqui solicitar, nesse sentido, é que a ANVISA notifique todas as maternidades do País a respeito dessa resolução, para o caso de haver eventualmente alguma que não a conheça, e questione, item por item, quais itens elas já estão atendendo e quais não. E que seja realizado um termo de ajustamento de conduta com essas maternidades, para que elas se comprometam a, em 12 meses, se adequar.

São coisas às vezes muito simples, que não requerem dinheiro; são procedimentos e treinamentos de equipe. E, no que necessitar de dinheiro, a Rede Cegonha está pronta para apoiar. Falta de recurso em Município não é motivo para alguém não conseguir adequar um serviço de saúde, uma maternidade. A Rede Cegonha tem recursos suficientes. O que não existe é vontade de fazer acontecer. (*Palmas.*)

Então, nós pedimos esse monitoramento da ANVISA, a presença da ANVISA, questionando o respeito a sua regulamentação, questionando os hospitais no que eles atendem ou não, exigindo um termo de ajustamento de conduta e publicando esses dados. As mulheres têm o direito de saber, nas suas cidades, quais maternidades atendem ou não a esses critérios, e a quais critérios. Só a pressão da informação é que vai poder mudar a realidade.

A Esther Vilela, do Ministério da Saúde, não consegue olhar todos os lugares, mas nós, mulheres presentes em cada um dos Municípios, fazendo pressão nas maternidades para que essas regras sejam cumpridas, ou notificando o Governo Federal, a ANVISA ou quem quer que seja, do não cumprimento, podemos conseguir. O controle social é fundamental. É fundamental!

Depois, o que nós pedimos também é a expansão dos indicadores de avaliação do serviço de atenção obstétrica e neonatal, o que também está no escopo da ANVISA. Eles têm alguns indicadores de episiotomia, de fórceps, de cesárea. Então, nós queremos que isso seja publicado por médico e por hospital. E que seja incluída a questão do fórceps, da episiotomia, da Kristeller, e que as mulheres também tenham a informação pública de quem utiliza esses procedimentos desnecessariamente, eventualmente, mas quais são os seus índices por hospital e por profissional.

O nosso segundo ponto é o fortalecimento das equipes multidisciplinares. Acho fundamental que a ABENFO — Associação Brasileira de Obstetristas e Enfermeiros Obstetras e o COFEN — Conselho Federal de Enfermagem se



posicionem para que os profissionais possam atuar na integralidade das suas atribuições. O COFEN e a ABENFO não têm atuado como corporação, exigindo que as enfermeiras possam atender aos partos, como estão qualificadas para fazer, dentro dos hospitais. Para que as fisioterapeutas e as psicólogas atendam a um parto, é necessária uma equipe no multidisciplinar. Não é possível que toda a responsabilidade fique em cima do médico. Ele é um profissional excelente e necessário, mas focado no alto risco. É necessário que outros profissionais passem a integrar essa cena.

O terceiro item é a abertura de mais faculdades de Obstetrícia. Nós temos uma única em São Paulo, a USP — Universidade de São Paulo, o que é uma vergonha. Nós temos um déficit gigante de obstetrizes no Brasil. (*Palmas.*) Acredito que toda faculdade federal tenha que ter um curso de Obstetrícia. Quem tem um curso de Enfermagem está com tudo pronto para ter um curso de obstetrícia. Não há motivo para que isso não aconteça.

O quarto e último ponto, para encerrar a minha fala, é uma reciclagem das equipes dos hospitais-escolas e dos preceptores no que diz respeito à bioética e aos direitos dos pacientes. Como eu comecei falando aqui, as mulheres vão para os hospitais-escolas e são submetidas a todo tipo de humilhação, a todo tipo de procedimento desnecessário, muitas vezes, a título de treinamento. O que acontece é que esses profissionais saem sem saber o que é um parto normal, fisiológico, de verdade. O que nós queremos é que a bioética e os direitos do paciente sejam discutidos na formação. Os preceptores e os hospitais universitários não estão observando esses princípios. O erro está na formação; está lá atrás.

Para encerrar, eu vou contar a história que eu trouxe, que não era, a princípio, a da Ana Carolina, mas que mostra como a deformação médica começa dentro dos hospitais universitários. Ela era uma gestante de 30 semanas, casada, 19 anos, gravidez desejada, aborto anterior. A bolsa rompeu com 32 semanas. A conduta ideal seria evitar a prematuridade extrema e controlar a situação com hidratação e antibióticos, procurando aguardar ao máximo o amadurecimento da criança — quanto mais tempo essa criança permanecesse no útero da mãe, melhor seria.

Contudo, era o último dia da residente, e ela nunca havia feito cesariana de prematuro extremo. E lá se foi essa residente operar essa mulher para obter a tal experiência, à revelia do bem-estar dos pacientes em questão.

O bebê nasceu muito pequeno e ficou com sequelas. Hoje, meses depois, ele permanece no hospital, numa UTI.

Essa criança vai ter uma qualidade de vida muito limitada e será um vegetal. Essa mulher de 19 anos está condenada a criar um filho deficiente. Ela, que



sonhou tanto com uma gestação, que tanto desejou um filho, que não teve posses para pagar um médico particular, mas que imaginou que, ao recorrer a um hospital universitário, fosse ter o que há de melhor em ciência, o que encontrou foi um filho deficiente para sempre, por conta de procedimentos desnecessários. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Raquel, pela sua fala emocionante.

Quero registrar a presença do Deputado Darcísio Perondi, que ainda é coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde; de Patrícia Pereira Silva Machado, esposa de Marco Prisco, que foi preso por ter liderado a greve dos PMs na Bahia, e teve a visita ao seu companheiro negada; e da professora Silvéria Santos, que é enfermeira-parteira do Departamento de Enfermagem da UnB. *(Palmas.)*

Vamos passar a palavra aos Deputados e aos debatedores. Por uma questão regimental, primeiro vou passar a palavra aos Deputados.

(Manifestação da plateia. Pelo direito de parir, pelo direito de nascer. Somos todas Adelir, pelo direito de escolher. Pelo direito de parir, pelo direito de nascer. Somos todas Adelir, pelo direito de escolher.) (Palmas.)

(Não identificado) - Estamos todos aqui em homenagem à Adelire a todas essas meninas e mães que tiveram o seu sonho de maternidade soterrado pelas más práticas. É por isso que a gente está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Que bom. Estamos todos nessa mesma luta pelo direito de escolher.

Antes de passar a palavra às próximas oradoras, eu quero fazer umas considerações sobre as duas falas.

Eu achei importante a Daphne — posso chamá-la assim, não é Daphne? — colocar a violência obstétrica como uma violência de gênero. Isso é fundamental.

Nós, nessa Conferência em Estocolmo, consideramos que educação, sobretudo a formal, mas não só ela, é um instrumento fundamental para a erradicação dessas violências de gênero.

É importante lembrar que esta Casa, recentemente, ao aprovar o relatório do Plano Nacional de Educação — PNE, tirou as referências a gênero, identidade de gênero e orientação sexual do texto do PNE, o que quer dizer que não há boa vontade política por parte da maioria desta Casa para de fato erradicar as violências de gênero.



Eu queria ler para vocês só dois trechos do documento que foi aprovado, antes de passar a palavra para a Deputada Erika Kokay, que é a autora deste requerimento:

Entre os compromissos dos Parlamentares presentes das Nações Unidas está a promoção do acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas, incluindo atenção médica de qualidade e serviços de saúde sexual e reprodutiva amigáveis para jovens, ao mesmo tempo em que se eliminam as barreiras normativas e sociais para aceder à informação e aos serviços de saúde reprodutiva para adolescentes e garantir o acesso à anticoncepção, assim como também uma ampla gama de métodos modernos de planejamento familiar e anticoncepção de emergência, segundo recomenda a Organização Mundial da Saúde.

Está também entre os compromissos firmados promover e proteger os direitos dos e das jovens para aceder a uma boa educação de qualidade em todos os níveis, incluindo educação sexual integral, tendoem conta os direitos dos jovens que estão fora da escola e, ao mesmo tempo, garantir a igualdade de matrícula e permanência entre meninos e meninas — porque vocês sabem muito bem que o direito à educação é muito mais alijado entre as mulheres do que entre os homens, uma vez que as meninas não têm o direito de permanecer na escola quando engravidam.

Então, esses são dois pontos dos compromissos firmados pelos Parlamentares das Nações Unidas para promover isso em cada um dos seus países.

Eu quero dizer que eu, como representante do Congresso, e a bancada feminina, através das Deputadas Jô Moraes e Erika Kokay, minha parceira de muitas lutas aqui, bem como a Comissão de Direitos Humanos, a Deputada Erundina, aqui presente, a Deputada Janete Capiberibe e as demais Deputadas que não são da Comissão, mas que são parceiras, estamos engajados em assumir e fazer valer esses compromissos aqui.

Eu passo a palavra, agora, para a Deputada Erika Kokay, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu queria agradecer as falas, porque elas pontuaram os desafios.

O meu primeiro filho tem 32 anos e nasceu em casa. O meu segundo filho tem 27 anos e também nasceu em casa. (*Palmas.*) O meu primeiro filho ajudou o segundo filho a nascer — ele tinha 5 anos e meio. E nasceram todos com uma liberdade muito grande. Eu, particularmente, tive a liberdade de quem está parindo; a liberdade de ficar como se quer ficar; a liberdade de ficar com a roupa que se quer ficar, ou sem a roupa, se não se quiser ficar com roupa; e a liberdade de estar em um ambiente em que você é você — porque na rua nós



somos anônimos e em casa nós somos nós mesmas. É a construção de lares, não de casas, que faz com que nós possamos acolher.

Lembro o nascimento do meu primeiro filho — ele nasceu com o olho aberto. Eu o vi nascendo. Ele foi nascendo num parto vertical e nós o levamos para a janela e dissemos: *Ele não tem medo do mundo*, porque ele estava de olho aberto. *Ele não tem medo do mundo*.

Esses momentos são muito importantes, muito emblemáticos. São momentos únicos, em que você, depois, pode acolher e fazer. Enfim, você se sente à vontade.

Nós discutimos na Mesa anterior o estupro, que é uma descorporificação; é como se a mulher não tivesse corpo nem tivesse alma; é como se houvesse uma cisão. Trata-se de uma violência que vai esvaziando a nossa condição de sujeito e a nossa subjetividade. Acho que a mulher fica sem poder. É reafirmada a ausência de poder, o fato de ela ser dona do seu próprio corpo, no momento em que ela está gerando ou em que vai trazer outra vida para o mundo, que é um momento único e que fica para o resto das nossas vidas. É a reafirmação de que o nosso corpo não nos pertence. É o assujeitamento. E assujeitamento, a meu ver, é desumanização.

Por isso, é preciso, primeiro, que a gente consiga identificar uma violência que foi tão naturalizada, tão institucionalizada, que, muitas vezes, a mulher não consegue perceber — isso foi dito aqui — que está sendo vítima de violência. É como se ela entregasse o seu corpo, a sua vida, o seu menino, a sua menina, tudo o que isso representa, nas mãos de um médico, de uma medicina médico-centrada, de forma absolutamente desnecessária.

Então, penso que, para além disso, isso também provoca um sofrimento muito grande na menina e no menino, porque têm que subir uma ladeira. Via de regra, as pernas são amarradas, as pernas são elevadas, e a mulher está deitada, o que não é uma posição em que ela deveria ficar ou em que ela gostaria de ficar, e naturalmente ficaria. Ela não fica natural, porque, naturalmente, ela vai buscar a melhor posição, que, seguramente, não é deitada, porque, assim, a dor se estende para o conjunto das costas e anula músculos que são muito importantes, que são os músculos das próprias pernas, para ajudar a parir a criança.

Nós temos vários estudos que indicam que a ajuda de um médico não atinge 1% das necessidades, da demanda, e a ajuda de alguém especializado, ou seja, de algum profissional especializado, atinge por volta de 10%. Então, há uma diferença, porque a mulher é bípede, e, por ser bípede, ela tem uma estrutura pélvica muito mais sólida. Ela é diferente de outros animais, que têm



um parto muito mais fácil, digamos assim, do que o parto de alguém que seja bípede.

Nesse sentido, é um absurdo que nós tenhamos ainda essa lógica médico-centrada, em que a mulher não tem o direito de fala. A mulher não pode nem dizer que está doendo, pois mandam-na calar a boca! Ela não pode dizer o que está acontecendo, como ela está se sentindo! (*Palmas.*) Ela não tem o direito de fala! O corpo dela passa a ser uma coisa manipulada aqui e ali com um poder absoluto! Ela é assujeitada, desempoderada e transformada em coisa. Trata-se de um poder absoluto do médico, via de regra, e do hospital, que diz: *Faça isso! Faça aquilo! Eu vou fazer isso e vou fazer aquilo.* Isso sem que ela possa opinar, sem que ela possa falar, sem que ela possa ser alguém, num momento tão importante.

Por isso, eu sugeriria, primeiro, que nós trabalhássemos... Eu sei que as leis não resolvem tudo. Eu acho que tem razão Drummond quando diz que as leis não resolvem tudo, porque os lírios não nascem das leis. Se os lírios nascessem das leis, seguramente as leis teriam outro poder. Mas eu penso que a gente teria que criar uma legislação para tipificar a violência obstétrica. (*Palmas.*) É preciso tipificar, para que nós possamos dar concretude e dar recorte a isso.

Eu sei que, por si só, esse é um instrumento do qual as mulheres precisam se apropriar. Inclusive, para que ela possa dizer... E foi dito por Daphne o que acontecia com a violência doméstica quando ela não deixava marcas na pele, só deixava marcas no peito, na alma, porque as mulheres não identificavam que estavam sendo vítimas de violência. A partir dessa tipificação, elas poderão identificar a violência a que são sujeitas.

Foi dito aqui, entre tantas coisas maravilhosas, algo fundamental, que é a necessidade de se trabalhar com a formação, de humanizar a formação. Está-se lidando com gente; não se está lidando com caso. Repito: está-se lidando com gente (*palmas*), e gente não pode ser invisibilizada. (*Palmas.*)

Portanto, sugiro que nós possamos fazer essa fala, trabalhando junto com o Ministério da Educação de forma mais intensa na formação.

Quero, ainda, dizer que esta, seguramente, é a audiência pública mais bela que nós já tivemos, com todos esses meninos, com todas essas meninas, carregados de forma amorosa, de forma acolhedora, com cada uma de vocês aqui. (*Palmas.*)

Fico numa alegria danada, porque vejo que a Comissão de Direitos Humanos, hoje não tenho nenhuma dúvida, voltou a ser nossa; voltou a ser do povo brasileiro. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Quero registrar a presença da Assessoria da PFDC, que é a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Concordo com a Deputada Erika Kokay em que há que se tipificar a violência obstétrica, mas a gente não pode cair na armadilha de dar tão somente uma resposta penal a esse problema; a gente tem que concentrar esforços na mudança estrutural, que envolve, sobretudo, políticas de educação, cultura e saúde e é fundamental. *(Palmas.)*

Eu passo a palavra à Deputada Janete Capiberibe. Só quero pedir às Deputadas que se atenham ao tempo, porque a gente terá mais uma Mesa depois, para a gente não estender. Por favor, tentem ater-se ao tempo de 3 minutos. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O senhor me avise, por favor.

Sr. Presidente, Deputado Jean Wyllys, Deputada Erika Kokay, eu quero falar da minha satisfação imensa de estar participando deste seminário, dessas audiências públicas; são várias mesas que tratam da questão de gênero.

Deputada Erika, V.Exa. tem razão, esta é uma das mais belas reuniões da Comissão de Direitos Humanos de que já participei, e eu sou apaixonada — Daphne sabe disso — pela humanização do parto, pelas parteiras da floresta, pelas parteiras do Nordeste.

No gráfico que você mostrou, me pareceu que na Amazônia e no Nordeste é onde ocorrem as menores taxas de cesárias. Isso porque é a parteira que faz o parto. São quase 60 mil parteiras tradicionais só nessas duas regiões.

A gente tem uma experiência muito bonita no meu Estado, o Amapá, mas muito bonita mesmo! Se houver aqui alguém do Ministério da Saúde, por favor, não se zangue comigo, porque ousei dizer que de 1995 ao início de 2002, inicialmente, a política pública de inclusão das parteiras tradicionais que estão — estão! Não estavam, mas estão! — na floresta, estão na beira do rio e estão no campo... São as agricultoras familiares, as parteiras indígenas. Elas atuavam em conjunto com o nosso Governo, que tinha um programa de desenvolvimento sustentável, no qual se tratou de dar sustentabilidade à saúde da mulher, à atividade da parteira, para que, na hora do nascimento, na hora de parir, tudo corresse bem.

Já terminando minhas palavras aqui, aviso que amanhã nós vamos, às 10 horas, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, falar sobre parteira, com a Profa. Silvéria, da UNB, que é parteira. Eu afirmo que, com a urbanização da população no Brasil, muitos partos são feitos nas casas, durante as noites, as



madrugadas, e o Poder Público faz questão de fechar os olhos para isso, não quer enxergar.

Portanto, a experiência do Amapá inspirou o Ministério da Saúde — a Presidenta Dilma, o Ministro Padilha — a criar um programa exclusivo para as parteiras, que é o Rede Cegonha.

Muito temos a avançar, a aperfeiçoar.

Era isso que eu queria colocar.

Queria também falar da minha satisfação de estar aqui com essas mulheres e seus bebês que vieram do Brasil inteiro. Vocês são muito bem-vindas. Vocês vêm nos ensinar aqui. Vocês vêm nos sacudir para que nós tomemos atitudes, fazendo leis, mas não só leis, como o que a Deputada Erika disse.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - De nada, Deputada Janete Capiberibe.

Deputada, uma das nossas principais tarefas, além de fazer leis, é fiscalizar o Poder Executivo. Então, a gente tem que fiscalizar, para cobrar as políticas públicas.

Eu quero registrar a presença dos representantes do Fundo de População das Nações Unidas. É importante ele estar presente aqui.

Quero passar a palavra à Deputada Rosane Ferreira, do PV, mas antes lembro uma coisa: embora muita gente pense que nós, os *gays* e as *lésbicas*, nascemos de chocadeira (*risos.*) — muita gente acha que a gente nasceu adulto; não teve infância —, eu quero dizer que nasci de parto normal, assim como meus sete irmãos. (*Palmas.*)

Deputada Rosane, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Falarei por 3 minutos. Vamos lá, muito rapidamente.

Quanto mais eu ouço o depoimento de vocês, mais vou ficando constrangida. Primeiro, porque eu não posso contar a mesma história que vocês. Eu tive dois filhos. O meu primeiro filho nasceu de uma cesárea feita às pressas, porque entrou em sofrimento fetal. Eu queria muito ter tido um filho de parto normal, como a minha mãe teve os seis, e não consegui. Daí, vocês dão esses depoimentos, e eu fico dizendo: *Por que não eu? Por que não eu?* Mas tudo bem. Vamos para frente.



Quero também registrar que eu estava na Comissão, Raquel, que está debatendo, infelizmente, a redução da maioria penal, como se isso fosse resolver algum problema do nosso País, e o Dioclécio foi lá e disse: *Apura aqui, vai lá, porque do outro lado está tendo um seminário lindíssimo. Está cheio de bebês.* É verdade. É um seminário lindíssimo, com uma pauta lindíssima, e eu agradeço muito, Dioclécio, por você ter me chamado.

A terceira situação... E eu vou deixar toda a minha fala de enfermeira e Parlamentar de lado. Eu tive aqui, ao meu lado, a Juliana, outra assessora minha, que disse: *Deputada, isto aqui é uma benção. Eu tive o meu filho há 1 ano e 8 meses, de parto normal, de cócoras. Eu fiz o meu parto.* Essa foi a frase dela. Ela está aqui no meio de nós. (*Palmas.*) Cadê a Juliana? Não sei onde ela está agora — está lá atrás —, mas ela falou assim: *Eu fiz o meu parto. De cócoras, peguei a minha filha e coloquei no colo.* Que coisa mais linda! Eu me arrepiei e prefiro falar disso.

É claro que eu me somo à sua fala com relação a toda a questão do processo educativo. Eu me somo à sua fala, Deputada Erika: precisamos tipificar, porque as pessoas nem entendem a violência a que estão sendo submetidas, por desconhecerem, como bem colocou a Mesa.

Eu concluo, dizendo que estive por muito tempo do outro lado. Eu sou enfermeira de formação e estou Deputada de ocupação, e, do outro lado, infelizmente, eu presenciei muitas vezes o que é relatado aqui. Infelizmente! É claro que a gente não generaliza. É claro que a gente tem ótimos profissionais na enfermagem, ótimos médicos. A gente não pode correr o risco de generalizar, mas a gente precisa avançar, e humanização é a palavra. Temos que parar com essa história de que gente é usuário e de que médico é prestador de serviço, assim como o profissional de enfermagem ou outro serviço é só um prestador de serviço. A gente tem que aproximar essa relação, humanizar essa relação e fazer com que as coisas defendidas por vocês nesta Mesa realmente aconteçam.

Contem com o meu mandato para que isso ocorra.

Muito obrigada e parabéns a todos os envolvidos por este momento.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputada Rosane.

Passo a palavra agora à Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Serei muito breve, até por conta do que já se disse, tão bonito, tão completo, tão efetivo e tão verdadeiro.



Às companheiras da Mesa, inclusive à Deputada Erika Kokay e às companheiras Deputadas Janete e Rosane, eu queria só acrescentar uma coisa: propor que a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e uma representação da bancada feminina pedissem uma audiência ao Presidente da ANVISA para levar essas demandas que foram colocadas aqui. *(Palmas.)* Devemos formalizar por escrito, mas também ir pessoalmente, por meio de uma comissão da bancada feminina e da Comissão de Direitos Humanos, levar essa demanda das mulheres, das entidades, fruto desse belíssimo e histórico seminário da nossa Comissão.

Peço desculpas, mas tenho que ir votar. O Vice-Presidente da Casa já avisou que está na hora de irmos para o plenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputada Erundina.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Na minha fala, acabei me esquecendo de citar que a Deputada Rosinha da Adefal me deixou encarregada de registrar também o compromisso dela com esta causa. Ela está agora na ANAC, discutindo a questão do acesso das pessoas com deficiência aos aeroportos, a mobilidade, essa questão toda que é uma bandeira que ela defende com maestria, mas deixou suas palavras parabenizando os senhores pela realização deste evento e registrando o seu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigada, Deputada Rosane. Fica registrada a contribuição da Deputada Rosinha da Adefal.

Só queria pedir às Deputadas que quando voltarem me avisem, para me substituir aqui, a fim de eu poder ir votar.

Registro a presença da Deputada Janete Rocha Pietá, que chegou agora. *(Pausa.)* Já esteve aqui? Ah, sim. Deputada Janete faz questão de dizer que já esteve e já voltou.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - E tirei fotos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - E tirou fotos. Deputada Janete é a rainha da *selfie*. *(Risos.)*

Passo a palavra à Deputada Distrital Celina Leão, do PDT do DF, por 3 minutos. *(Pausa.)*

A Deputada Celina Leão se encontra? *(Pausa.)* Não se encontra.

Dado o adiantado da hora, eu vou passar a palavra para as duas palestrantes fazerem suas considerações finais. Nós não vamos abrir agora para o debate



porque há outra Mesa e nós tememos, devido ao processo de votação, que se atropеле e não consigamos concluir. Acho que o mais importante é ouvir agora os representantes do Estado. Por isso, eu não vou abrir a fala para o Plenário. Está o.k.?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Deputada, é melhor a gente fazer a foto depois da Mesa do Estado, porque a gente faz uma foto de celebração, com os bebês, com todo mundo gritando. Eu quero segurar essa garotinha aqui, porque ela não para de me olhar. *(Risos.)*

Vou inverter a ordem. Passo a palavra à Raquel, para suas considerações finais, e depois para a Profa. Daphne.

A SRA. RAQUEL DE ALMEIDA MARQUES - Para concluir, agradeço a acolhida. Agradeço à Deputada Erundina por ter encaminhado a demanda sobre a questão da ANVISA. Agradeço às Deputadas Erika e Rosane pelo reconhecimento da questão da formação profissional. Gostaria que uma delas ou o Deputado Jean proporcionasse um encontro nosso com o MEC para discutirmos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Pode deixar comigo.

A SRA. RAQUEL DE ALMEIDA MARQUES - Eu realmente convoco novamente ABENFO e COFEN. A rede feminina da Casa havia dito que iria providenciar uma reunião nossa com FEBRASGO — Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, CFM — Conselho Federal de Medicina, COFEN — Conselho Federal de Enfermagem e ABENFO — Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras, para discutirmos como poderemos resolver esses problemas colaborativamente, porque nós todos temos o mesmo objetivo, a saúde das mulheres. Estamos todos do mesmo lado e precisamos nos ajudar.

Era isso.

Obrigada, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Raquel. Eu já me comprometo a fazer a articulação necessária. Vocês sabe que, doravante, nós somos parceiros.

Quero registrar a presença das residentes em Enfermagem Obstétrica da Secretaria de Saúde do DF e de representantes da Marcha Mundial das Mulheres. *(Palmas.)*

A Marcha das Vadias está presente também? Tem alguma representante?



(Não identificado) - Todas nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Todas são, não é? Isso é bom. Todas são representantes da Marcha das Vadias. Muito bom.

Passo a palavra, então, para a Profa. Daphne fazer suas considerações finais.

A SRA. DAPHNE RATTNER - Eu queria comentar que a REHUNA surgiu em 1993. Àquela época, essa violência já constou na carta de fundação e era absolutamente invisível.

Então, quando a gente vê que cresceu a visibilidade, percebe que cresceu a visibilidade de gênero, em decorrência da Lei Maria da Penha, mas, junto com essa, a gente vê... E eu queria agradecer de coração à Artemis por ter conseguido nos colocar neste cenário, parceiríssimas que somos.

Eu quero dizer que é assim: nós, que estamos na militância — a Profa. Silvéria — há tantos anos, achamos que vamos construir uma sociedade com mais justiça, mais dignidade, mais respeito às pessoas.

Espero que esta Comissão de Direitos Humanos nos ajude a alavancar uma sociedade de direitos: os direitos das mulheres e os direitos das mulheres no parto, na gestação, no nascimento.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Muito obrigado, Profa. Daphne.

Reconsiderando um pouquinho o que eu disse antes sobre a foto — porque as crianças podem estar muito cansadas e porque algumas mulheres vão permanecer aqui e outras vão querer ir embora —, para garantir a presença de todas na foto, vamos fazê-la agora. Vamos botar as mulheres com os bebês aqui na frente, aqui atrás, junto com todos nós. Vamos fazer a nossa foto. Depois, voltamos e eu monto a outra Mesa. Vamos lá.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - A gente pede para todo mundo se posicionar. Bebês em destaque, olhando para frente, porque os *flashes* estão ali.

(Manifestação na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Vamos retomar o seminário e montar a próxima Mesa. *(Pausa.)*

Por isso que eu queria fazer no final, porque eu sabia que ia ter um clima de catarse, de emoção nas fotos. Mas vamos retomar o seminário, para ouvir os representantes do Estado.



Eu quero chamar à mesa a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria do Paraná, Aparecida Gonçalves. A Aparecida está aí? *(Pausa.)*

Eu chamo, então, a Beatriz Cruz, que é representante do Ministério da Justiça; a Maria Esther de Albuquerque, que representa o Ministério da Saúde; e a Sílvia Giugliani, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Eu queria fazer uma consulta ao Plenário. Eu chamei a Maria Aparecida Gonçalves, da SPM, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e ela não apareceu. Há alguém da Secretaria de Mulheres aqui? *(Pausa.)*

Então, eu vou passar a palavra, já de imediato, à Beatriz Cruz, que representa o Ministério da Justiça.

A SRA. BEATRIZ CRUZ - Boa tarde a todas e a todos. Eu queria começar agradecendo, em nome do nosso Ministro José Eduardo Cardozo e da Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, o convite. É um imenso prazer estar aqui com vocês, hoje, para discutir esse tema que é, no Ministério da Justiça, tão caro. Quero dizer que, pessoalmente também para mim é uma alegria poder estar aqui neste momento. A tarde de hoje foi uma tarde muito bonita. Eu só passei boa parte do tempo preocupada porque, como a maioria de vocês, eu tenho um bebê, de 3 anos e meio, e eu estava preocupada com a hora, por conta de ter que pegar o menino na creche, que fica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Quando chegar a hora, avise-me.

A SRA. BEATRIZ CRUZ - Está bom. Então, se eu tiver que me ausentar depois da fala, eu peço a compreensão de vocês, mas o motivo é esse. Se eu soubesse que iria ter tantos bebês aqui, eu o teria trazido, porque eu acho que nós temos que começar a propiciar mais momentos desse tipo, em que nós possamos carregar conosco os nossos filhos, e não ficar nesse sofrimento e nessa culpa de ter que se dividir entre o trabalho e o cuidado. Mas, enfim...

Esse é, Deputado, um tema que talvez merecesse até uma audiência pública, ou um seminário, para tratar da forma como nós, como sociedade, como Estado brasileiro, como iniciativa privada, temos propiciado às mulheres que estão no mercado de trabalho condições efetivas para exercer a sua profissão e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Sugestão já acatada.



A SRA. BEATRIZ CRUZ - Na verdade, eu vou deixar o tema da violência obstétrica mais para a minha colega de Governo, Esther — que tem muito mais propriedade, é uma referência nessa área, e vai poder contribuir com esse debate muito mais do que eu —, e vou ficar um pouco mais adstrita à discussão relativa às outras formas de violência contra a mulher, em especial ao estupro, que foi objeto da primeira mesa na tarde de hoje.

No âmbito da segurança pública, nós trabalhamos prioritariamente em duas frentes. Uma delas é a repressão qualificada às violências e à criminalidade, a outra frente, a da prevenção à violência.

No âmbito da prevenção, nós temos ações específicas para o fortalecimento das instituições da segurança pública, como, por exemplo, as delegacias especializadas de atendimento à mulher, os IMLs, mas também temos um conjunto de ações que procuram dialogar com a prevenção à construção de uma cultura que nós temos hoje, que é a cultura da violência. Então, nós trabalhamos com prevenção social e prevenção situacional. E a questão da violência contra a mulher, da violência sexual, em especial do estupro, se insere nesse contexto que, na minha percepção, é o mais difícil de se trabalhar: a desconstrução de uma cultura da violência. Se hoje nós temos, ainda, os dados e os índices de violência sexual contra as mulheres tão alarmantes, é justamente porque a sociedade brasileira ainda entende que a mulher pode ser subjugada e que o estupro, portanto, é aceitável, como a pesquisa do IPEA, de alguma forma, refletiu.

A violência sexual, ou o crime de estupro, é um crime de grande dificuldade na esfera da segurança pública, porque é um crime que, via de regra, não deixa vestígios. Então, a responsabilização do agressor é algo que demanda do Estado uma resposta complexa, porque é um crime que, como regra, não deixa vestígios, e, portanto, dificulta inclusive a investigação. E a palavra das mulheres, nesse contexto, tem que ter um peso, a palavra da vítima tem que ter um peso mais significativo do que hoje, como sociedade, nós damos. Isso porque, em boa parte dos casos, o estupro é cometido com grave ameaça, ou mediante o uso de arma de fogo, em que a mulher acaba sendo subjugada, sem necessariamente deixar qualquer tipo de lesão aparente, de modo que possam, depois, ser coletados vestígios e auxiliar na instrução, no processo criminal.

Então, uma das grandes dificuldades no que diz respeito à violência sexual é essa, além, é óbvio, de tudo o que foi tratado na primeira mesa, da construção de uma cultura que nós temos, que considera que a palavra da vítima é duvidável; que as mulheres, de alguma forma, contribuem para o crime, ou para a violência sexual, ou são culpadas, de alguma forma, por essa violência. Isso é uma falácia, até mesmo porque o estupro não é um crime de oportunidade. Então nós achamos que, quando se discute a questão da



violência sexual, precisamos partir de algumas premissas. E uma das premissas, na segurança pública, é esta: o estupro ou a violência sexual não é um crime de oportunidade, não é um crime que vai ocorrer em razão de qualquer atitude da vítima que facilite que o crime ocorra.

Da mesma forma, os dados da pesquisa do IPEA segundo os quais boa parte da população ainda enxerga que a mulher, a partir da forma como ela se veste, contribui para que a violência aconteça, também são uma falácia, porque o crime de estupro não é um crime... A violência sexual não tem nenhuma relação com o desejo, ela tem relação com o poder, é uma questão de subjugar; de, de alguma forma, submeter o outro, como já foi dito anteriormente, desumanizar. E é importante termos isso em mente quando se discute a questão da violência sexual, porque as respostas que nós precisamos dar como Estado, seja dentro do sistema de segurança pública, de justiça criminal, ou dos demais serviços que estão disponíveis na rede, são respostas que devem considerar todas essas questões.

Alguns tipos de crime demandam do Estado, inclusive, algumas orientações de como as pessoas podem se portar para minimizar, para diminuir. Não que a vítima nunca seja culpada pelo crime, não é isso. Mas existem vários tipos de infrações, ou de crimes, e várias teorias, na criminologia mais moderna, que, por exemplo, estabelecem que levantar um muro muito alto, que diminui a visibilidade de um imóvel, contribui para o crime de roubo, para o crime de furto. Mas a violência sexual não tem nenhuma relação com qualquer atividade ou qualquer atitude da vítima. Portanto, a resposta que o Governo brasileiro, que o Estado, mais do que o Governo, precisa dar para esse tipo de violência passa muito mais, primeiro, pela desconstrução dessa cultura da violência e da aceitação do estupro enquanto sociedade brasileira, e segundo por um conjunto de ações que levem em conta essas questões que nós acabamos de levantar.

No âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nós temos trabalhado basicamente em três frentes. A primeira delas é a construção de procedimentos operacionais padrão. São os POPs. O POP é um documento técnico que diz para o profissional de segurança pública, frente a determinadas situações, como deve agir tecnicamente. E aí nós estamos, no âmbito da Secretaria, criando procedimentos operacionais padrão específicos para a investigação da violência sexual, dos crimes de estupro e outros crimes sexuais, justamente pelo que eu disse agora há pouco, porque o crime de estupro tem algumas características que precisam ser consideradas inclusive do ponto de vista da investigação policial.

Um dos grandes desafios que nós temos — e aí, como Governo, nós estamos, coletivamente, tentando construir respostas mais eficientes — é que, no que se refere à violência sexual, existem duas grandes frentes em que precisamos



atuar. E o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde, capitaneados por um processo que é da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, têm, no âmbito do programa Mulher, Viver sem Violência, atuado fortemente para tentar, de alguma forma, dar uma resposta a essas duas questões.

De um lado, nós temos a necessidade de humanizar o atendimento que as mulheres vítimas de violência sexual recebem na rede. E aí, uma das complexidades que nós temos é que, como existe hoje, no Brasil, uma rede muito grande, temos diferentes portas de entradas nessa rede. Então, às vezes, a mulher chega à rede pela segurança pública, por uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, pela DEAM, ou chega pela saúde, ou chega pela assistência social. Então, nós precisamos fortalecer essa rede, porque as portas de entrada são muito diferenciadas. Mas a resposta que o Estado tem que dar para essa mulher, o atendimento às suas necessidades nesse momento tão difícil, é uma resposta que tem que ser integrada e que tem que ser igual, independentemente do lugar em que ela entre. O fluxo do atendimento que a mulher vai ter dentro da rede tem que ser o mesmo, independentemente da porta que ela tiver de entrada.

De um lado, então, nós temos esse desafio, em especial na segurança pública — mas não só, porque quando nós vemos essa discussão da violência obstétrica isso fica muito claro —, que é de humanizar esse atendimento que as mulheres recebem na rede de atenção; e, de outro, nós temos... E humanizar esse atendimento significa também não revitimizar essa mulher; diminuir, por exemplo, o número de serviços que ela tem que percorrer para conseguir ter um atendimento adequado. E quando nós falamos em atendimento, estamos falando em atendimento das questões de saúde, psicológicas, de assistência social, todo o acompanhamento que essa mulher, essa vítima tem que ter, mas também de procedimentos com o intuito de responsabilizar esse agressor. E esse é o outro grande desafio.

De um lado, nós precisamos não revitimizar a mulher, diminuir, por exemplo, o número de locais em que ela tem que passar nos serviços para receber um atendimento adequado, e, por outro, enfrentar a impunidade, porque o crime de violência sexual, o crime de estupro, no Brasil, hoje, é um crime que tem baixíssima resolubilidade, pouquíssima responsabilização dos agressores. E a gente tem uma questão, nesse campo específico, que também precisa ser considerada. Primeiro, quando a gente fala de violência intrafamiliar, a violência doméstica e familiar —e hoje boa parcela dos estupros acontece no âmbito doméstico e familiar —, a gente tem a questão da impunidade auxiliando no reforço dessa cultura da violência. Ou seja, eu posso fazer o que eu bem entender, dispor da mulher da forma que eu bem entender, e eu não sofro nenhuma penalidade, não há nenhuma consequência para mim.



E, quando as violências sexuais são cometidas na rua — e tem crescido o número de estupros à luz do dia, em plena rua, por desconhecidos; esse é um dado que a gente também precisa trabalhar —, na medida em que a gente deixa de responsabilizar esse agressor, a gente deixa de prevenir um conjunto de estupros, porque o crime de estupro tem como regra, nesse caso do estupro cometido por desconhecido, o estuprador contumaz, aquele que estupra uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito mulheres. Enquanto ele não for preso, enquanto ele não for responsabilizado, ele vai continuar fazendo novas vítimas, porque é uma característica dos estupros cometidos por desconhecidos. Geralmente, esse estuprador cometerá muito mais de um crime enquanto ele não for de alguma forma responsabilizado pelo Estado.

Na SENASP — e aí eu finalizo, porque sei que a gente também está com pouco tempo e acho que todo mundo já está cansado —, a gente tem trabalhado com a questão do procedimento operacional padrão para melhorar a investigação policial e, portanto, conseguir alcançar maior resolubilidade dos crimes, de um lado, mas a gente tem também toda uma política de fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e de sensibilização dos profissionais da área da segurança pública, estejam eles no âmbito dos IML ou dos órgãos de perícia, estejam eles nas delegacias, para, quando receberem essas mulheres, terem uma postura mais adequada e fazerem um atendimento mais adequado, mais humanizado. Porque a gente sabe que o sistema, não só o sistema de segurança, mas também o sistema de justiça criminal brasileiro — ou seja, o sistema de justiça criminal, de segurança e justiça —, ainda trata a mulher como a responsável pela agressão, em boa medida e em muitos lugares, em que pese já haja também algumas ilhas de excelência nesse atendimento, tanto na área da segurança pública quanto no Poder Judiciário. Mas a gente ainda tem essa realidade de as mulheres serem destratadas e, de alguma forma, induzidas a não registrar a ocorrência. Hoje, o normal até nem é tanto isso. O problema é que o processo todo, o procedimento todo, é tão complexo e tão danoso para a mulher que você pode não dizer para ela desistir, mas você instiga essa desistência na medida em que estabelece para ela quase como uma nova violência, quando a obriga a ter que repetir inúmeras vezes, para inúmeros serviços, o mesmo fato e no tratamento que ela recebe depois —por exemplo, num processo judicial —, quando é, em alguns casos, até completamente ridicularizada pelo advogado de defesa. Enfim, é todo um processo que ainda não facilita. A mulher tem que ter muita coragem para seguir adiante com um processo de estupro porque ela também tem toda uma exposição que acontece a partir da questão do processo.

Então, nós temos essa frente de sensibilização do profissional e de fortalecimento das delegacias especializadas.



E, para encerrar, a gente acabou de realizar, em parceria com o Ministério da Saúde e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o primeiro curso de atenção humanizada, de atendimento humanizado e coleta de vestígios de violência sexual no âmbito do SUS. O que é isso? Esse curso foi dado por peritos para os médicos que atendem nos hospitais de referência do SUS. Isso para que, quando da coleta de vestígios nesses espaços, pelo profissional de saúde, esses vestígios sejam coletados de forma que depois possam ser utilizados pela perícia para a realização de perícias e de laudos periciais, e, com isso, a gente consiga, efetivamente, alcançar o agressor. Isso é de extrema importância, mas é um grande desafio. Não é, Esther? A gente está há mais de 1 ano tentando construir uma norma técnica — e a gente vai conseguir construir, a gente está nesse processo — que regula toda essa questão. Não é uma substituição do SUS, do perito pelo SUS. Não é nada disso, mas é, seguindo o que estabelece inclusive o nosso sistema de justiça criminal, onde não houver perícia, que haja a possibilidade de coleta de vestígios pelo médico do SUS. A gente acredita que, comisso, quando efetivamente conseguir finalizar essa norma técnica, implementar esses cursos em todo o Brasil — e a perspectiva é a de que até o final de 2014 a gente realize pelo menos 12 cursos dessa natureza —, vai conseguir aumentar o número de agressores que são efetivamente responsabilizados.

Por fim, quero dizer para vocês que a percepção que a gente tem, no Ministério da Justiça, e enquanto profissional e enquanto pessoa, é de que, enquanto uma mulher foi violada, enquanto uma mulher for violentada, independentemente do tipo de violência, seja ela sexual, seja ela obstétrica, seja ela moral, todas nós mulheres e o Estado brasileiro têm que se sentir violentados.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilmário Miranda) - Muito bem.

Vocês perceberam que os Deputados saíram. Eles tiveram que sair porque está havendo votação no plenário, está ocorrendo a eleição do Vice-Presidente da Mesa, para substituir Andre Vargas, que renunciou ao mandato. Por isso é que têm que sair daqui e votar. É um pouco demorado, e há filas. Aliás, quando começa um processo desse tipo, de votação nominal, em geral as atividades das Comissões são suspensas, mas nós resolvemos não suspender o seminário ora em curso em razão da sua importância e da sua excelência.

Então, passo a palavra à Sra. Maria Esther de Albuquerque, pelo prazo de 10 minutos, para que dê a sua colaboração neste seminário tão exitoso.

A SRA. MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA - Boa tarde a todos, aos meus colegas aqui de Mesa, a todas as representantes do Legislativo, a



todas as mulheres aqui presentes, especialmente às ativistas que vieram de longe, com os seus bebês, para participarem deste momento histórico do Brasil.

Eu sou muito grata por poder fazer parte desse movimento. Eu coordeno a área de saúde das mulheres no Ministério da Saúde. Sou médica obstetra com mais de 25 anos de profissão, parteira de coração e trabalhei nesse momento de humanização a minha vida toda e contra a violência que infligem às mulheres.

Eu estou escolhendo o que falar. Conforme estava conversando com Beatriz, o tema da violência sexual contra mulheres e o que estamos fazendo em conjunto, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, é de suma importância, mas aqui nós temos ativistas do parto, que é outra face da violência. Devido ao tempo de que disponho, 10 minutos, eu vou me ater a algumas pontuações, a questões que dizem respeito à violência obstétrica.

Antes, quero dizer que o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça estão trabalhando arduamente para que as mulheres vítimas de violência sexual sejam atendidas com humanidade, a fim de que seja reduzida a revitimização dessas mulheres, ampliado o acesso que elas têm tanto à Justiça quanto à saúde, para que juntos possamos construir uma rede mais eficaz de atendimento a essas mulheres, inclusive aumentando o acesso dessas mulheres ao cuidado. Sabemos que muitas mulheres, quando são violentadas sexualmente, não procuram inicialmente uma porta de entrada da Justiça pelo medo de se comprometerem com o agressor, que é conhecido, pelo medo de serem mortas inclusive. E sabemos que a Saúde, que é uma porta de entrada que as acolhe, que cuida delas, é tida como um porto seguro. Então, que possamos, na Saúde, dar as mãos para a Justiça, para poder aumentar o acesso dessas mulheres ao cuidado e, ao mesmo tempo, ao serviço de segurança pública e de Justiça. Então, isso é uma grande ação.

Nós estamos também humanizando alguns hospitais e qualificando as portas de entrada, para que eles possam atender a violência sexual e colher vestígios que vão servir, depois, de provas para a Justiça. Então, essa é uma grande ação dos Ministérios da Saúde e da Justiça.

A Deputada Janete acaba de chegar. Eu já estive com ela numa capacitação de parteiras em Tartarugalzinho, interior do Amapá. Essa é uma ação que vimos trabalhando com muito afinco desde 2011, intensificando o trabalho com as parteiras tradicionais. Nesses 3 anos, nós já fizemos oficinas com 407 parteiras. E há mais parteiras para esse diálogo intercultural, fortalecendo o trabalho das parteiras tradicionais e a sua vinculação ao SUS. Já distribuímos 1.600 kits para as parteiras tradicionais, para que elas possam fazer o seu trabalho com mais segurança e mais apoio.



Quero dizer o seguinte: a violência obstétrica é uma prioridade do Governo Federal e uma prioridade do Ministério da Saúde. Mudar o modelo de atenção obstétrica no País é uma grande frente que vem sido encarnada na estratégia Rede Cegonha. E a Rede Cegonha vem para dizer o seguinte: *Não precisamos fazer mais do que fazemos, nós temos que fazer diferente*. E fazer diferente é, primeiro, tratar o parto como um evento que é da autonomia das mulheres e de suas famílias — elas têm que ter a liberdade de viver esse momento da maneira que quiserem; e é trazer para os serviços de saúde um rol de atividades, de ações que não são o que eles estão fazendo hoje.

Eu só queria dizer ao Legislativo, para que possa pegar junto conosco essa ação, que nós estamos hoje com uma ação de construção de Centros de Parto Normal. Já é uma estratégia antiga do Ministério da Saúde, mas ela vem agora com novas normativas e nova roupagem. Os Centros de Parto Normal agora têm um financiamento robusto, vamos dizer assim, tanto para construir e reformar espaços para que as mulheres possam ter dignidade na hora do nascimento de seu filho quanto para custear esses espaços. Lembro que esses espaços trazem para a cena do cuidado das mulheres outras mulheres, que são as enfermeiras obstétricas e as obstetrizas. Temos, hoje, com projetos com o Ministério da Saúde, 130 Centros de Parto Normal em construção e em reforma. E queremos mais.

Daqui convoco o Legislativo, com as suas emendas parlamentares, a apresentar emendas orçamentárias para Centros de Parto Normal ligados a maternidades. Assim, cada vez mais poderemos mudar os ambientes de parto, que hoje são muito o reflexo de uma prática obstétrica obsoleta, de uma cultura de atenção ao parto centrada na intervenção, centrada só no olhar biológico para esse evento, que desconsidera a família, que desconsidera o acompanhante.

Lembro a Lei da Vinculação, da Deputada Luiza Erundina, e da Lei do Acompanhante, da então Senadora Ideli Salvatti.

Nós temos muitas dificuldades para mudar as maternidades porque elas foram construídas com foco no parto enquanto uma intervenção. Quando falamos que é preciso permitir o acesso do acompanhante, as maternidades falam: *Bom, mas aí eu vou ter que fechar leito porque aqui não cabe ninguém. Só cabe uma cama, a da mulher, dentro de um pré-parto coletivo*. Ali, o acompanhante é de certa forma negligenciado, ao não se colocar uma maca ou outra cama no espaço.

Então, Centros de Parto Normal, Casas de Gestante, Bebê e Puérpera, reforma da ambiência. E alguém falou aqui da RDC nº 36 e da importância dela. Então, nós temos 189 projetos, que já estão sendo realizados, de



mudança das maternidades, para que se altere o ambiente do parto, e de 19 novas maternidades.

Sabemos que só o ambiente de parto não muda a realidade. Então, precisamos formar esses profissionais. Aí colocamos a questão da residência em Enfermagem Obstétrica, da especialização em Enfermagem Obstétrica e do aprimoramento daquelas enfermeiras que já são formadas, mas que nunca atuaram como enfermeiras obstétricas. Temos 306 residentes — R1 e R2 — em formação, temos 300 vagas de especialização em Enfermagem Obstétrica, começando agora, este ano, e 184 vagas de aprimoramento.

Só isso também não adianta, porque não temos dados. Alguém falou aqui: *Queremos dados de episiotomia, de ocitocina, de procedimentos*. Precisamos saber quais procedimentos estamos realizando nas maternidades hoje.

Eu estava numa reunião, que está acontecendo hoje, sobre um sistema nacional de monitoramento da qualidade da assistência, que se chama SISPERINATAL. É bem bacana isso. (*Palmas.*) Com esse sistema que estamos agora homologando, já temos oito maternidades experimentando esse sistema. Os hospitais serão obrigados a lançar no sistema se a mulher teve acompanhante, se a mulher pariu deitada ou de cócoras, (*palmas*) se a mulher teve episiotomia, qual o Apgar do bebê, se foi feito Kristeller ou não. Quer dizer, todo esse rol de procedimentos vai ser obrigatório para os hospitais do SUS, mas queremos que seja obrigatório para todos. Precisamos de lei para isso, porque só uma lei pode obrigar o sistema privado a informar o que fez com a mulher durante o parto e monitorar a qualidade da atenção.

Então, é mais uma convocação: emendas parlamentares para mudar o modelo de atenção e entrar com convênios para Centros de Parto Normal. Nós temos, inclusive, uma planta toda pronta, com 17 projetos. Isso vai estar *on-line*. Qualquer um pode acessar. Trata-se da planta de um Centro de Parto Normal já pronta para construção. Os Parlamentares podem apresentar emendas para a construção de Centros de Parto Normal e projetos de lei para obrigar o sistema privado a entrar no Sistema Nacional de Acompanhamento e Monitoramento da Qualidade da Atenção ao Parto, que é o SISPARTO. Nós vamos transformá-lo em SISPERINATAL, para podermos monitorar a forma como as mulheres estão sendo cuidadas.

Estamos agora iniciando um GT sobre a redução de cesáreas desnecessárias, para o qual vamos convocar ANVISA, ANS, MEC, todas essas instituições, sociedade civil e militâncias, para traçar uma proposta nacional para a redução das cesáreas desnecessárias, incluindo a segurança do paciente, que agora é uma portaria. A segurança do paciente em Obstetrícia não é só trocar fralda de



bebê, não é só não cair da cama, mas é não fazer uma cesárea desnecessária, uma episiotomia desnecessária, uma ocitocina desnecessária. *(Palmas.)*

Com isso, acho que termino a minha fala. O tempo é muito curto. Quero dizer que o Governo está junto com o movimento de mulheres e junto com o Legislativo. Sem esse tripé, nós não vamos conseguir potência nessa ação. Acredito que o momento é este. Esta Comissão de Direitos Humanos é essencial para trazer de volta a mulher ao protagonismo do parto. E lembro que é um direito do bebê também nascer bem e ser bem-vindo a este mundo, sem violência, ter um nascimento respeitoso. Estamos trabalhando nesse sentido, mas precisamos de muito mais. Sei que temos aqui parceiras de primeira linha para esse movimento nacional de mudança do modo de parir e de nascer neste País. Junto com o que Beatriz falou, a violência sexual contra mulheres, o parto, do jeito que é feito, é uma violência sexual. Eu acho que nós vamos dar outro patamar de dignidade ao nosso País.

Agradeço muito a possibilidade de estar aqui e de fazer parte desse movimento tão grande que pretende varrer do Brasil a violência contra as mulheres em todas as suas formas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Maria Esther. As suas duas dicas para o Parlamento, para o Legislativo, em especial para nós da Comissão, estão devidamente acatadas. Porém, o Governo não pode contingenciar as nossas emendas. É fundamental que, na hora de fazer a execução orçamentária, o sistema financeiro não esteja em primeiro lugar, mas os direitos humanos. Isso é fundamental. *(Palmas.)*

Não estou querendo politizar. Juro. *(Risos.)*

Passo a palavra agora à Sra. Silvia Giugliani, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, autoridades da Mesa e autoridades do plenário. Eu aprendi isso numa conferência sobre a infância e acho bárbaro. Serve para reconhecer o quanto cada um de nós buscou estar aqui porque tem o que dizer, porque carrega, da sua caminhada e da sua trajetória, muitas lições e experiências, que, sem dúvida nenhuma, vão fazer diferença quando realmente aprendermos e fizermos o exercício de pensar juntos.

Há várias frases. Eu sou uma pessoa que adora inspirações para criar fôlego. Falo assim: sozinha vou mais rápido, mas junto vou mais longe. Então, acho que é um pouco esse exercício de retomada importante de um debate e de um diálogo em todos os nossos espaços.



Vou falar a partir do lugar da Secretaria dos Direitos Humanos. Sou neste momento Coordenadora-Geral de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. É lógico que vou estar um pouco atravessada por esse campo, mas começo apresentando as questões que os direitos humanos e a Secretaria têm trabalhado, no sentido de expressar sua soma a este campo, a esse grupo.

Nós não somos um outro que vem falar. Nós estamos dentro, fazemos parte e somos, como todos aqui, responsáveis em alterar esse cenário em tudo aquilo que ele marca de violência e, no que a gente podia falar, de morte. A morte tem muitas expressões. Ela não é somente física. A gente vai morrendo a cada momento em que fica quieto, silencia e se submete. São mortes que têm consequências brutais. E talvez eu utilize nesse tempo um pouco disso.

Estou cuidando do tempo. Sou famosa por falar muito. Então, estou vendo o tempo ali.

Nós não somos nenhuma área-fim, mas compomos todas as ações que foram relatadas aqui. Então, quero trazer o quanto as fronteiras para nós têm que estar atravessadas e sustentadas pela liberdade, pela cidadania, pela dignidade, pelo respeito. Elas têm que estar pautadas pela vida.

O que foi falado aqui, e é verdade, é que as fronteiras não podem bancar ou ser o solo da barbárie e da violência. Isso é verdade. Estou dizendo isso a partir de um lugar de gestão. Se a gente não tiver humildade, serenidade e sabedoria para suportar determinadas crueldades desse processo, a gente não vai conseguir avançar.

Alguém perguntou se a política está pronta. Não, ela não está pronta. Ela não está pronta e tem que avançar. Ela já avançou um pouco. Não está mais no mesmo lugar. E isso eu também digo com muita convicção, com muita seriedade e com muito compromisso. Nós já avançamos.

O MDS não está aqui. Acho que o SUAS aponta avanços importantes na constituição das redes de acolhimento e de atendimento a crianças e adolescentes, no que diz respeito à violências sexual. Refiro-me aos CREAS, as estruturas de referência especializadas no atendimento.

Queria fazer esse marco sobre o que são nossas fronteiras, o que devem ser as nossas fronteiras, por onde deve estar sustentada a nossa luta. Acho que a gente tem que, como se fosse uma maquiagem, desvelar todos os tons e todas as cores daquilo que maquiam, a que não dão visibilidade, a que não dão nitidez — talvez seja melhor falar isso.



Uma das coisas que eu ia falar antes é que alguns de nós vão agir mais imediatamente nas consequências, mas temos que começar a trabalhar nas causas. Senão, a gente só vai fazer as listas de quantos, quantos e quantos.

Na minha história — fui educadora de rua a vida inteira —, todos os guris e as gurias, os meninos e as meninas com quem trabalhei, quando trabalhava no campo, são sujeitos. Eles têm uma história, o que se chama de biografia. Eles têm que ser reconhecidos na sua história. Não adianta a gente pesar quantos sofreram uma violência e não chegar perto deles.

E uma das ações em que a Secretaria tem investido e tem dado um volume de informação... E cada vez mais nós temos que exigir o aprofundamento da leitura do dado, porque dado por dado também não nos responde. Temos que chegar aonde o dado cria uma questão.

O Disque 100 é uma das ferramentas que acaba viabilizando que a gente chame a sociedade inteira a cada vez mais ocupar um lugar de denúncia. Silenciar nunca! Denunciar é o lugar protagonista que a gente deve cada vez mais ocupar, e não no sentido de fazer... no sentido de que cada um de nós pode estar naquele lugar. Foi falado aqui na Mesa, e eu acho fundamental: não interessa se eu conheço ou não conheço, interessa que é um ser humano, igualzinho a mim. Não tem diferença. Nem a cor, nem a religião, nem a fé, nada nos diferencia. O importante é que ali existe a agressão a um direito e a experiência da violência. Nenhum de nós sai ileso depois de viver a experiência de uma violência. E aí eu acho que os direitos humanos têm um lugar importante — não vou dizer privilegiado, mas importante —, porque ele funciona como uma costura, como a sustentação de uma rede.

Nas ações mais diretas que temos desenvolvido — acho que também por isso foi lembrada a nossa presença aqui e a possibilidade de fala —, nós trabalhamos na articulação, a partir da agenda de convergência, ou seja, na possibilidade do exercício da junção, da interlocução, da interface, da articulação do conjunto de atores, tanto governamentais como da sociedade civil, sem dúvida nenhuma. E aí entram atores como o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde, dos quais trabalhamos muito próximos.

Hoje tive uma reunião da Comissão Intersetorial, porque nenhuma das ações vai dar certo e vai chegar ao atendimento, ao cuidado, ao direito garantido, se não trabalharmos juntos. Isso eu aprendi com uma pessoa muito cara para mim. Os direitos humanos são invioláveis e indivisíveis. No momento em que não nos entendermos corresponsáveis, nós não vamos garantir os direitos humanos e não vamos enxergar o sujeito como um todo. Aqui não dá para fragmentar, porque isso vai resultar no que se chamou aqui de violência institucional.



Eu queria nomear a agenda de convergência para grandes eventos, porque a gente está vivendo a questão da Copa. Para mim, a Copa é uma grande desculpa para avançar no que vem a ser a constituição das políticas públicas efetivas. O que são políticas públicas efetivas? São aquelas que garantem os direitos. É isso. É simples. Eu acho que a gente tem que prestar muita atenção no que é simples, porque desse jeito a gente garante uma ação muito mais plena e efetiva.

Agenda de convergência para grandes empreendimentos.

Semana passada, eu estava em Altamira, vendo o horror que está, de alguma forma, circulando ali. E não dá para não trazer à tona uma série de questões. A rede está pronta? Não! Eu digo tranquilamente que não está pronta. Não há segurança nem para as ações de saúde, por desinformação também dos profissionais. Aí eu quero fazer eco com o que foi falado aqui sobre formação. Vocês me desculpem se eu vou e volto, vou e volto, mas é difícil falar em pouco tempo. É um tema caríssimo para todos nós, porque trata da nossa vida.

Formação acadêmica e formação em serviço.

Nenhum de nós suporta — eu falo como profissional, não mais como estudante; estudante seremos todos a vida inteira, sempre em informação —, não dá para aguentar o tirão de trabalhar todo dia, no que quer que seja, sem ter espaços de formação e serviço. Não é possível isso. Temos que ter ação-reflexão-ação — Paulo Freire. Um pouquinho de Paulo Freire ajuda. Várias coisas vão nos ajudar. Então, eu quero fazer coro à questão da formação acadêmica, mas também à da formação em serviço.

No que diz respeito ao nosso cotidiano, a gente tem investido em processos de pesquisa junto com a Polícia Rodoviária Federal, no Projeto Mapear. Na última versão dele — nós não conseguimos realizá-lo no ano passado, mas já estamos fazendo de novo —, ele detectou 1.776 pontos de exploração. Por isso que eu estava falando antes das causas e das consequências. Nós temos que agir para chegar perto e tratar o que vêm a ser os focos identificados.

Falei da agenda de convergência, falei da Comissão Intersetorial, com a qual a gente se reúne uma vez por mês, pelo exercício das redes. Em todas essas estruturas, na Secretaria de Direitos Humanos, eu tenho certeza, no conjunto da gestão — isso está posto, está claro — deve estar garantida a ação articulada com a sociedade civil. Não seremos fortes, se não considerarmos a multiplicidade de faces com as quais a gente trabalha, vivendo o fundamental exercício do trabalho em rede.

Por fim, eu quero falar da impunidade, porque eu acho que, sim, nós vamos ter que agir. Eu não falei por acaso de Altamira, como não vou falar por acaso de Coari. Nós já estivemos em Manaus. Eu estava até com receio, porque ouvi



falar que o Prefeito tinha sido solto, mas não foi. A Justiça tem que agir. Ali demoramos demais, porque estavam todos envolvidos. E eu não estou sendo leviana na minha fala. Estavam todos envolvidos! Então, nós temos que ser competentes e ser cobrados das nossas atribuições. Nisso eu estou devolvendo para vocês todos, para nós todos, a função fundamental de todas as instâncias que compõem a sociedade: todos os atores têm de monitorar, de fiscalizar e de cobrar o cumprimento das nossas atribuições.

Quero encerrar dizendo que é bom que esta audiência esteja acontecendo hoje, com este tema. Nós estamos em maio. Quero convidar todo o mundo para os eventos de 18 de maio. O dia 18 de maio se vive todo dia, mas, a partir da dor de uma menina, houve a conquista do Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Nós temos em 18 de maio, aqui, em Brasília, e em mais de 1.500 Municípios atividades já articuladas. É o que a gente está chamando de tolerância zero. O nome não é muito simpático para alguns. Aceitamos contribuições sobre o nome. O Brasil tem que começar a falar sobre isso em todos os decibéis. Eu sou uma pessoa que quase não precisa de microfone, e nós temos que falar alto mesmo. A impunidade só existe na forma que a gente tem que ser referir a ela, em função do fato de que a gente, de alguma forma, ainda silencia, ainda tolera, ainda permite. Nós vamos ter que mudar a nossa conduta, o nosso comportamento.

Nós temos com o Conselho Nacional de Justiça e com Conselho Nacional do Ministério Público o levantamento dos processos para ver onde é que dá agir, porque, tudo bem, é difícil caracterizar a prova, mas não é impossível. A gente tem que ver se de alguma forma isso está sendo aproximado, mas não tratado diretamente.

Queria dizer que a gente também está tentando mudar a legislação, e aí vocês vão ajudar diretamente, no Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2010, que trata da violência, do abuso e do estupro contra crianças e adolescentes como crimes hediondos. Isso está aqui para ser analisado.

Quero falar do SUS, do SUAS, da Secretaria de Direitos Humanos e dizer para vocês que nós — estou incluindo todos nós — estamos escrevendo a história. Quantos casos a gente ainda vai cadastrar, ou aceitar, ou registrar como denúncias no Disque 100, ou no Conselho Tutelar, ou nas delegacias? Isso vai revelar como nós estamos nos posicionando.

Vou encerrar com uma outra frase: você deve ser a própria mudança que deseja ver no mundo. É o que eu desejo para todos nós.

Obrigada e me desculpe pelo tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Silvia.



Vamos abrir agora para o debate.

Antes de devolver a palavra para a Mesa, para as considerações finais, eu vou passar a palavra para os Deputados. Eu só queria pedir que os Deputados se ativessem mesmo ao tempo restrito que for dado. A gente já reduziu para 2 minutos.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Deputado, peço a palavra para um aviso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Eu vou passar a palavra a V.Exa., Deputado, para o aviso.

Só quero fazer esta consideração. Representantes da sociedade civil organizada aqui presentes terão 1 minuto cada para sua intervenção.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Daqui a pouco começa no corredor uma homenagem a D. Tomás Balduino, marcada para às 18 horas. Então, queria que os Deputados estivessem presentes e também o pessoal que veio para esta audiência. Pelo menos, se puderem, passem por lá. É ali no corredor, no *hall* da Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputado. A gente vai fazer o possível para, inclusive, acelerar os trabalhos aqui. Por isso eu pedi atenção ao tempo, para a gente poder participar dessa atividade também.

Tem a palavra a primeira inscrita, a Deputada Janete Capiberibe, por 2 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Serei bem rápida. Dentro dessa convergência de agendas no Governo Federal, eu queria fazer uma sugestão.

Eu tenho ouvido a Ministra dos Direitos Humanos falar sobre a ausência de registro de nascimentos, partos e também de registro de nascimento das crianças índias. Aí as parteiras são muito importantes. Eu queria pedir uma audiência com a Ministra, mas eu estou muito ocupada aqui e no meu Estado. Eu queria pedir diretamente para a Esther — desculpe-me te chamar assim, Esther, mas a gente se encontra há um tempão — e para a Silvia que trabalhem isso junto às parteiras do Amapá, ao Governo do Amapá, com o Governo Federal. São 600 mil crianças de 0 a 10 anos que não têm registro de nascimento, sem contar que os registros desses partos, que também acontecem nas aldeias indígenas, não acontecem pelas mãos de enfermeiras ou de outro profissional que não as parteiras. Então, são elas que podem fazer isso.

Vocês podem contar conosco. O Governo do Estado pode levar o formulário. Está havendo oficinas em três aldeias indígenas da Região do Oiapoque. Tem



também os índios wajãpis, que estão a leste do Estado. Graças a Deus, nasce muita criança indígena. No Amapá, aumenta a população. Vocês podem contar conosco. Está me incomodando essa questão. Eu gostaria de vê-la concretizada.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Jean Wyllys) - Obrigada, Deputada Janete, inclusive por se ater ao tempo.

Eu pergunto se as Deputadas Jô Moraes e Erika Kokay querem fazer alguma intervenção. *(Pausa.)*

Então, passo a palavra para a Sra. Ana Lúcia, da Artemis, para o primeiro pronunciamento da sociedade civil.

A SRA. ANA LÚCIA KEUNECKE - Eu só quero, em nome das mulheres que estão aqui, do Movimento Sociedade Civil, dizer uma coisa que nos emociona muito: eu acredito na democracia. Quando estudante de Direito, eu sonhava um dia chegar às casas. Eu acredito no poder do voto e que o cidadão tem mais o que fazer do que ficar cobrando e falar mal. Ele só tem legitimidade para cobrar quando ele também faz. E foi movida por isso que eu larguei minha carreira jurídica, junto com outras amigas que aqui estão, como a Raquel, e montamos a Artemis, que já vinha de um ativismo.

Chegamos aqui através de doação, porque a nossa associação ainda é muito jovem. A gente não tem ainda recurso nenhum, mas, quando a gente denunciou o caso da Adelir ao Deputado Jean, à Comissão de Direitos Humanos, à Esther, no Ministério da Saúde, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à Secretaria de Políticas de Mulheres, muita gente falou: *Vocês são loucas*. Nós varamos uma noite fazendo isso e recebemos respostas de todos vocês.

Ontem, chegamos nesta Casa com apenas duas reuniões marcadas. Chegamos aqui às 9 horas da manhã e saímos daqui às 20 horas com o sonho realizado de saber que cada cidadão que conhece e sabe que aqui é a casa do cidadão pode ser acolhido. Eu fui acolhida, o Movimento das Mulheres do Brasil, que trabalha pelo fim da violência obstétrica, pela mudança da assistência foi acolhido por toda esta Casa, pela bancada feminina, pela qual fomos convidadas, através da Deputada Luiza Erundina, pela Comissão de Direitos Humanos, pela assessoria do Jean, que nos ajudou ontem o dia inteiro.

Então, em nome dessas mulheres que aqui estão, eu quero honrar vocês todos como nossos representantes pela oportunidade de estar aqui, agradecer e dizer que estamos prontos, enquanto sociedade civil, para construir juntos essa nova gestão, Sílvia. Nós estamos preparados para isso e vamos trabalhar com vocês para isso, porque este é o nosso dever como cidadão, para cumprir a



Constituição Federal e honrar o que nós fazemos ao votar em cada um de vocês aqui nesta Casa.

Meu muito obrigado. Saio daqui realizando o sonho de uma vida inteira. Eu nunca vou esquecer este dia. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Ana Lúcia. O pai de um amigo meu dizia algo que sempre me serviu de lição: *É melhor acender uma vela do que viver bradando contra a escuridão.* É melhor você acender uma vela. Vocês fizeram isso.

Tem a palavra a Sra. Lígia Moreira Sena. Apresente-se, por favor, porque não tem seu nome aqui.

A SRA. LÍGIA MOREIRA SENA -Boa tarde! Acho que é boa tarde ainda. Perdi a noção do tempo. Eu sou Lígia Moreira Sena, pesquisadora da violência obstétrica aqui no Brasil. Vim de Florianópolis especialmente para participar disso. Sópude vir porque amigos, companheiros e pesquisadores, enfim, todo mundo que segue nessa luta financiou a minha passagem de ida e volta e a minha estadia aqui. Eles fizeram a tradicional vaquinha. É por isso que eu estou aqui.

Quero agradecer o trabalho das meninas, que são gladiadoras nesse cenário terrível que a gente está vivendo. Eu quero falar uma coisinha só.

Na fala da Deputada Erika Kokay, uma coisa me marcou muito. Ela disse que o sentimento de impunidade é muito forte. A impunidade precisa ser combatida com toda força, porque ela gera um medo que leva à naturalização da violência. Quando ela disse isso, eu transpus imediatamente para a situação da violência obstétrica.

A gente precisa — claro, nós já discutimos que leis não resolvem tudo — criar caminhos de denúncia e de interrupção dessa sequência de impunidade, porque é essa impunidade que estáfazendo as mulheres se sentirem incapazes de lutar pelo parto que elas sempre tiveram. Então, essa fala me mobilizou muito, inclusive porque, como a própria Deputada Erika falou, a culpa vem junto com uma mulher que perdeu seu parto. Eu falo com propriedade. É dilacerante. Enquanto a gente não enxergar um meio de denúncia e ruptura desse ciclo de vitimização a que nós somos submetidas, porque nós não lutamos pelos nossos partos, a gente não vai ter justiça. Então, essa fala sua, Deputada, me marcou imensamente. Esse medo que está sendo difundido por algumas instituições para muitas mulheres no Brasil é o que está contribuindo para o aumento da violência. O medo vem da impunidade.

Era só isso que eu queria falar. Obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Lígia Moreira. Mais alguém da sociedade presente em plenário deseja fazer uma fala? Fiquem à vontade. Vocês têm uma chance importante de falar não só sobre o tema desta Mesa, mas também sobre o tema da outra Mesa.

Assuma o microfone, por favor, e se apresente.

A SRA. MARIA LUÍZA- Boa noite! Eu sou Maria Luiza. Venho acompanhada do meu grupo, que está ali ao fundo. Nós viemos de uma escola de São Paulo. Viemos fazer um projeto de política para obter conhecimento. Nós nos encontramos com o Deputado Jean Wyllys, viemos aqui e estamos atrás dele. É isso. Estamos nessa luta feminista também. Participamos do Movimento Eu Não Mereço Ser Estuprada. Sou nova — eu sei —, mas tenho um caminho para percorrer, e você é minha inspiração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Eu estou emocionado com as suas palavras.

A SRA. ISABEL - Meu nome é Isabel. Eu estou com a Malu. Eu tenho uma dúvida e quero saber sua opinião. Dentro de casa, eu, bem como outras pessoas, enfrento uma luta com a minha mãe. Por exemplo, eu quero pegar transporte público, ela deixa, mas não quer que eu use *short*. Eu queria saber se eu ceder e começar a usar, por exemplo, calças compridas e não usar *short*, ou seja, se eu me submeter ao machismo e não aceitar... Entendeu? Não sei se eu soube me expressar direito.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Jean Wyllys) - Primeiro, eu quero agradecer muito. Quando terminar aqui, eu vou conversar com vocês de muito bom grado. Fico feliz de eu inspirar vocês. O fato de vocês serem novas não as desautoriza. Pelo contrário, a gente precisa da voz da juventude nesta Casa. Fico feliz de ver vocês se politizarem. A gente precisa que a juventude se politize. Precisamos de representantes dos jovens aqui dentro. Isso é muito bom.

Eu acho que sua mãe está tendo um cuidado com você. Ela não está pensando em lhe submeter a regras de uma sociedade machista. Ela está, primeiro, preocupada com você, porque a gente ainda não desenvolveu uma rede de proteção ampla que garanta à mulher uma autonomia sobre seu corpo, sobre o direito de se vestir como quer, sem ser violentada. Então, a preocupação é essa.

Ceder a este cuidado da sua mãe neste momento não é necessariamente se submeter a regras machistas, mas é também se proteger deste momento, até a gente criar uma cultura de respeito ao direito de a mulher se vestir como ela quer e ser respeitada dessa maneira. A gente vai conseguir isto. No futuro, você vai poder se vestir como você quer no trem, no metrô, onde quer que



seja. As pessoas vão respeitar seu corpo como seu templo, onde só você pode ditar as regras. (*Palmas.*)

A SRA. ISABEL - Obrigada.

A SRA. BIA FIORETTI - Meu nome é Bia Fioretti. Eu já estive nesta Casa há 8 anos com um trabalho de parteiras tradicionais e numa exposição aqui no Congresso Nacional. É com muito orgulho que eu volto hoje com esse tema.

Durante o meu parto —eu tive dois filhos há 20 e 16 anos —, eu posso dizer hoje que eu sofri de violência obstétrica, não uma violência de má-fé, mas uma violência de más práticas. Isso mudou minha vida, acabou com o meu casamento, e eu virei uma ativista. Faz 11 anos que eu estou lutando a favor da mudança de prática. Eu sou publicitária de formação. Trabalhei 25 anos nessa área e, hoje, dedico-me à comunicação na área de saúde da mulher. Então, dá muito orgulho ver a transformação que ocorreu nesses últimos anos, ver o tema sendo abordado e a política realmente sendo mudada e implantada.

Eu tenho acompanhado isso, montando um documentário pelos hospitais do Brasil, e tenho visto realmente que muitos hospitais já estão mudando a prática. Então, eu acho que hoje há uma quebra de paradigmas de toda essa situação, e estamos vivendo, nesses últimos poucos anos, realmente, uma mudança de cultura.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. ÁUREA - Boa tarde! Meu nome é Áurea. Eu vim do Rio de Janeiro. Eu sou mãe, não faço parte de uma entidade, atualmente, mas sou ativista das coisas em que acredito. Inclusive, lá na minha cidade, participei de muitas manifestações anteriores à questão do parto. Enquanto estava grávida, levei *spray* de pimenta na cara lá da polícia do Sérgio Cabral, lutando pela escola do meu filho, pelo Maracanã.

Eu vim porque a questão do parto mexe muito comigo. Eu tenho um filho de 8 anos e tenho o Heitor, que está fazendo 9 meses amanhã. O meu filho de 8 anos nasceu de uma cesariana desnecessária, que eu não... Me dói muito, até hoje, pensar nessa cesariana. Tanto me dói na alma como me dói fisicamente, porque eu fui enganada.

Eu vim da cidade de Campos dos Goytacazes, onde mulheres tentam se articular, mas lutam muito contra a violência obstétrica. Atualmente, eu moro no Rio de Janeiro, Capital, mas Campos dos Goytacazes é uma cidade que sofre muito com a violência obstétrica. As mulheres estão se reunindo e procurando se articular, mas lá não existe humanização do parto. Todas as mulheres que conseguem, com muita luta, um parto normal sofrem uma série de violências,



inclusive com as episiotomias de rotina. Os médicos não permitem que elas não tenham a episiotomia.

Eu estou aqui porque eu quero acompanhar o movimento do parto humanizado e gostaria de saber o que nós podemos fazer, para além do Governo Federal. Como nós podemos exigir, nos Municípios e nos Estados... Como nós podemos atuar, na nossa região, contra isso? O que a gente pode exigir dos governos e o que a gente pode convocar, lá, para aproveitar esse momento de grande debate sobre a violência obstétrica? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Bom, eu vou passar, então, a palavra para a Mesa. A Mesa responde a questão e faz já as considerações finais.

Só para lembrar, o ato em homenagem a Dom Tomás Balduino vai acontecer aqui, nesta sala mesmo, não no Hall da Taquigrafia. Então, quem quiser ficar, já fica aqui sentado, porque o restante das pessoas vai chegar depois.

Eu passo a palavra para a Beatriz. Posso começar por Esther? Então, Esther, é melhor...

Desculpe-me, Esther, vamos ouvir mais duas questões, então, antes de passar a palavra para a Mesa.

A SRA. EDNA - Boa tarde! Eu sou a Edna. Estou aqui representando a Rede Parto do Princípio, grupo de mais de 250 mulheres. Já tivemos várias ações no Brasil todo. A gente atua há 7 anos. Aqui, eu estou representando as mulheres usuárias da Rede Parto do Princípio. Para nós, é muito importante esse evento.

Agradecemos imensamente ao Deputado pela possibilidade de a gente estar, enquanto mulher, falando.

Eu sou professora da UFPA, no Pará. Atuo e milito nessa área há 8 anos, quando tive meus 2 filhos, todos de parto domiciliar, porque, hoje, a gente tem que ter parto em casa. Não é como antes, quando a minha mãe teve 12 filhos, mas é para fugir da violência. Algumas mulheres têm feito essa escolha. No meu caso, nem foi isso, foi homenagem à minha mãe, que teve 12 filhos em casa.

Então, estou aqui representando a Rede Parto do Princípio. Nós usuárias desse sistema estamos cansadas dessa barbárie. Nós não aguentamos mais isso. Nós pedimos, por favor, que haja uma intervenção nesses hospitais. Isso se chama tortura autorizada pelo Estado.

Não é possível a gente aceitar que as mulheres não tenham direito a acompanhante. Nós, no Pará, em 2010, junto com a Rede Parto do Princípio, denunciemos isso para o Ministério Público Federal e visitamos os hospitais no



Pará. Isso não é só no Pará. Estou falando do caso de lá porque eu o acompanhei, junto com o Ministério Público e o COREN. Não há, em lugar nenhum, o deslante de não se aceitar a Lei do Acompanhante e pronto. Na nossa frente, na frente do Ministério Público, os hospitais dizem: *Não, aqui não*. Nos hospitais, não há lei. A lei é do médico, do dono do hospital, do diretor do hospital. Então, a gente não aguenta mais isso. Nós não temos mais como tolerar esse tipo de coisa.

A gente acabou de organizar um evento com o povo da humanização, 800 pessoas. Nós estamos cansados dessa barbárie. Nós não aceitamos isso. Falo em nome da família da Ana Carolina — aqui os represento —, uma mulher que morreu por manobra de Kristeller, está no laudo da polícia. Houve ruptura uterina provocada por manobra de Kristeller praticada por profissional não habilitado. Ocorre que não há profissional habilitado para fazer essa barbárie. Inclusive, a polícia está errada, porque eles concluíram dessa maneira.

Então, nós da Rede Parto do Princípio viemos aqui denunciar também isso, essa tortura autorizada — eu chamo isso de tortura autorizada. As mulheres não têm direito a acompanhante, não têm direito a se negar a receber uma medicação. As mulheres são arrastadas pela polícia na rua; são comidas por cachorros; são, hoje, brutalmente assassinadas, no meio da rua, como se estivessem na Idade Média, e isso é violência de gênero. Violência obstétrica é uma das tantas violências que a nós é imputada pelo simples fato de nós sermos mulheres. Então, basta de violência contra a mulher, seja ela qual for! (*Palmas.*)

Quero só falar que a gente tem um dossiê da Parto do Princípio que está no Senado. A gente entregou um dossiê e ele está tramitando lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado.

(Não identificado) - Boa noite! Eu sou de Alagoas. Eu vim aqui em nome — e também com toda a ajuda, assim como a Lígia, de quem eu sou fã — do grupo Roda Gestante, lá de Maceió, que é um movimento de combate à violência obstétrica.

Lá em Alagoas não tem parto humanizado mesmo; não tem no SUS, não tem em hospitais privados, não tem em canto nenhum. Existem hospitais que têm selos de Iniciativa Hospital Amigo da Criança.

Era isto que eu queria até questionar à Dra. Esther, porque existem hospitais que têm selos, existem políticas, existem hospitais e profissionais que se dizem humanizados, que fazem várias propagandas de humanização, enfim. Mas, no final das contas, o que acontece? A gente tenta entrar nos hospitais, tenta acessá-los, enquanto sociedade civil, mas não tem como, porque os hospitais são privados. Eles prestam serviço para o SUS, mas são hospitais privados,



então, se você quer conseguir qualquer tipo de acesso a informações, se você quer saber sobre uma família...

Por exemplo, o que aconteceu com a Ana Carolina, há 1 mês mais ou menos, aconteceu com uma gestante dentro de um hospital que é Amigo da Criança. Ela faleceu. O bebê sobreviveu, mas ela faleceu. Enfim, isso fica por isso mesmo, porque a família também não sabe da Lei do Acompanhante, eles não sabem que a manobra de Kristeller não era para ter sido feita. Eles dizem: *Ah, não, foi Deus.*

Enfim, a gente fica superemocionada. Várias vezes a gente recebe as informações, mas a gente não sabe o que fazer. Quando o pessoal procura a gente, a gente não sabe o que dizer. E surge: *Espera aí, mas onde é que eu vou achar um profissional humanizado aqui em Maceió?* A gente não sabe. E aí eles dizem: *Ah, então vocês também estão querendo criar problemas sem soluções.* E aí é realmente complicado.

Eu vejo que muita gente dizer: *A gente precisa acender uma vela e tudo.* Mas como fica para a gente que não tem como acender essa vela? Porque nós não somos profissionais, nós não temos como acessar o hospital, e o hospital tem toda essa estrutura rígida e tem toda uma estrutura de dizer: *Olha, vocês não podem entrar por aqui para ver o que é que está acontecendo aqui dentro, se está realmente havendo a episiotomia, se está realmente havendo manobra de Kristeller, etc.* Eu queria saber como a gente pode fazer isso.

A SRA. PATRÍCIA CORDEIRO - Deputado, muito rapidamente, meu nome é Patrícia Cordeiro. Eu sou jornalista, sou doula e ativista do movimento de humanização em Natal. Mais do que isso, eu sou amiga pessoal da Adelir Goes. Eu vi a Adelir, há 10 anos, ter o primeiro filho e queria falar, muito rapidamente — eu já estou imensamente emocionada com a audiência em si —, só para agradecer, em nome de Adelir.

Adelir é uma figura de uma pureza e de uma ingenuidade fantásticas, e eu acho que ela sequer tem noção do tamanho da avalanche que provocou. Ela não deve estar assistindo, porque eles moram numa chácara, e lá não tem sinal.

Ela está assistindo, Lígia? Conseguiu falar com ela? Eu não consegui falar com ela hoje, mas quero só dizer, em nome de Adelir, o quanto somos gratas por todo esse movimento.

Eu também fui vítima de violência obstétrica, com uma cesárea desnecessária, amedrontada pela médica por causa de uma má formação que o meu filho tinha. A carga emocional durante uma gravidez já é muito forte, e, quando você tem uma gravidez com intercorrências, ela é maior ainda. Então, eles se aproveitam disso de forma muito fácil.



Quero deixar aqui o meu agradecimento pessoal, como amiga, como doula, como mulher e como mãe, à Adelir por tudo que ela provocou, por todo esse movimento, infelizmente através de uma violência enorme, mas, se não fosse a força que ela teve...

Eu digo isso porque eu a vi sofrer a primeira violência obstétrica, eu a vi ter o primeiro filho a partir de uma cesariana e, na época, eu sequer entendia isso. A Adelir tinha 19 anos quando ela teve o primeiro filho, era uma menina, assim como tantas meninas de que a gente falou aqui. Ver ela se empoderar... Quando ela engravidou da Yuja, ela me mandou uma mensagem e falou assim: *Pati, o que eu faço agora? Ajude-me. Eu quero parir.* Eu fiquei pela Internet, articulei e falei: procura uma doula, vai atrás, vamos ver como é que é aí. Mas, infelizmente, a cidade em que ela mora é como a que eu moro, em que os hospitais têm altos índices de cesáreas. Em Natal, os hospitais particulares têm 98% de índice de cesarianas.

Enfim, era só isto: agradecê-la mesmo, de coração, e dizer para ela que o nosso amor está aqui. A Lígia também conversou com ela por telefone algumas vezes e fez uma matéria lindíssima sobre a Adelir. Eu tenho certeza de que ela está imensamente grata por tudo isso que a gente está fazendo. Isso é por ela, sim, é por todas nós, é por todas as mulheres que sofreram violência no Brasil, é por mim, por você, é por todo mundo que está aqui.

Então, muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Mande-lhe beijos e a nossa solidariedade.

Deputada Erika, fale muito rapidamente, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Bem rapidamente, eu queria apenas resgatar a sua sugestão de que nós pudéssemos estar construindo uma proposição legislativa que assegure a obrigatoriedade de se ter esse sistema pelo qual nós possamos detectar quantos partos são feitos, em quantos é feito a episio, em quantos são feitas técnicas que são mais agressivas, porque esse é o primeiro diagnóstico, que ajuda, inclusive, a que nós possamos desconstruir essa institucionalização, esse entranhamento das instituições na lógica da violência obstétrica.

Então, eu sugeriria que nós pudéssemos aprová-lo, enquanto projeto dos Parlamentares desta Comissão, nós que estamos aqui, e pudéssemos criar um sistema... O sistema já existe, mas sugeriria que nós pudéssemos dar obrigatoriedade à sua utilização, particularmente no segmento privado.

Eu penso que as políticas só se transformam em políticas de Estado quando a população se apropria delas; aí elas se transformam em políticas de Estado,



mas é muito importante que nós possamos estendê-las ao conjunto do sistema e fazer, aliado a isso, toda uma discussão, para que a população possa se apropriar desse diagnóstico.

Então, eu sugeriria, Deputado Jean, como uma das conclusões desta audiência, que nós pudéssemos pedir à nossa assessoria para elaborar esse projeto que nós, coletivamente, apresentamos para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Está acordado, Deputada Erika Kokay.

Eu vou passar a palavra, primeiro, para a Beatriz, porque ela tem que pegar o filho dela na creche, para fazer as considerações finais e responder, eventualmente, alguma coisa que achar importante.

A SRA. BEATRIZ CRUZ - Obrigado, Deputado Jean.

Primeiro, quero agradecer, mais uma vez, à Comissão de Direitos Humanos por esta iniciativa, mas, principalmente, às mulheres, ao movimento todo que apresentou essa demanda a esta Casa, que permitiu que isso acontecesse e que foi tão bem atendido pelos nossos Deputados que nos orgulham muito.

Quero dizer que é muito bom ver também a Comissão de Direitos Humanos atuando dentro da sua lógica, para a qual ela existe. Então, a gente, enquanto militante, se sente muito feliz de estar novamente neste lugar, com o trabalho que a Comissão de Direitos Humanos vem fazendo.

Rapidamente, como a gente teve 10 minutos, a gente não conseguiu trazer algumas informações que são importantes. Eu não vou tentar nesse tempo que é muito mais curto colocá-las, mas eu queria só fazer uma referência porque, na primeira Mesa de hoje, foi várias vezes comentada a questão dos dados, da necessidade de a gente melhorar os dados na área da segurança pública no que diz respeito à violência e à criminalidade.

Nós temos desenvolvido no Ministério da Justiça o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública — SINESP. Esse sistema já existia, mas vem recebendo, desde 2012, um *upgrade*, principalmente porque a gente tem trabalhado para oferecer aos Estados a tecnologia necessária à integração de todos os sistemas na área de segurança pública em uma frente e, em outra, para padronizar os boletins de ocorrência, já que um problema que a gente tem em relação ao dado da segurança pública hoje é que há várias formas de registrar o mesmo crime, a mesma ocorrência, o que acaba dificultando a comparação. Então, nós temos trabalhado numa frente para padronizar metodologicamente esses dados.

No final de 2012, esta Casa aprovou uma lei que tornou obrigatório para receber recursos do Governo Federal o preenchimento do SINESP. O Sistema



Nacional já existia, mas a gente tinha grande dificuldade de fazer com que os Estados alimentassem o sistema. Então, foi um avanço significativo, e, com os investimentos do Ministério, hoje a gente já tem avançado muito em relação ao SINESP. A expectativa é, até o final de 2016, conseguir gerar dados que possibilitem o aprimoramento das políticas públicas.

Para finalizar, quero agradecer novamente e dizer que para mim, enquanto militante do movimento feminista do interior do Rio Grande do Sul... Durante a minha formação na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, a gente já vinha trabalhando no movimento feminista, nessa luta para o enfrentamento da violência contra as mulheres. É uma satisfação estar aqui enquanto Governo. Hoje estou na condição de Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, mas a gente nunca sai da militância, em que pese a gente agora estar em outro local e precisar falar a partir desse local. É muito bom estar aqui com tantas colegas lutadoras do movimento feminista e de enfrentamento a qualquer tipo de violência.

Quero dizer que hoje a minha luta principal é para que as mulheres tenham melhores condições de serem mães, de serem profissionais. Eu tenho a sorte de estar num lugar onde tenho absolutamente respeitados os meus direitos em relação à maternidade, em que eu consigo perfeitamente conciliar as duas coisas, mas eu tenho muitas amigas, principalmente na iniciativa privada, que não têm a mesma sorte. Eu vejo o sofrimento dessas mulheres. Acho que é uma luta que a gente também precisa travar enquanto movimento de mulheres, enquanto movimento feminista, para que a gente garanta o que é um direito não só das mulheres, mas também dos filhos, que é essa convivência entre mães e filhos, que, em muitos casos, é impossibilitada em razão da escolha entre a maternidade e a profissão. Isso hoje é absolutamente uma barbárie. Não existe nenhuma necessidade de que isso seja feito, porque nós temos competência suficiente para fazer as duas coisas.

Mais uma vez, muito obrigada. Muito obrigada, Deputado Jean.

A luta continua. É uma luta boa, é uma luta difícil, mas é uma luta que vale a pena lutar. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Beatriz. Perdão por essa pressão de tempo, mas é por causa da outra atividade que nós temos.

Vou passar para a Maria Esther. Sei que é um desafio fazer as considerações e dar as respostas, mas vamos tentar.

A SRA. MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA - Primeiro quero dizer da emoção de estar aqui vivendo este momento. É um momento único, histórico.



Agradeço às mulheres por terem feito todo esse movimento e trazido até esse nível de preocupação e de evidência o que é a violência obstétrica. Também agradeço à Adelir por lutar e por ter nos atizado a todas.

A Ouvidoria Ativa da Rede Cegonha diz que a acompanhante é só em 35% dos partos. É uma ouvidoria que liga para as mulheres após o parto, pelo número do telefone da Autorização de Internação Hospitalar — AIH. Acho que o nosso grande desafio — e que vai, de certa forma, ajustar a postura de profissionais — é o acompanhante de livre escolha da mulher no parto. Eu colocaria, Silvia, a tolerância zero para a questão da não observância dessa lei federal, que é de 2005. *(Palmas)* São quase 10 anos de uma lei! Como vamos fazer? Eu sei que o Ministério da Saúde tem suas maneiras de constranger, de incentivar, de sensibilizar, mas cabe a toda a sociedade ativar todos os órgãos que têm relação com isso para que essa lei seja cumprida, porque isso vai salvar mulheres.

A gente sabe disso, porque na Rede Cegonha nós fizemos os fóruns perinatais, que são espaços técnico-políticos, com a presença de movimentos de mulheres que estão muito ausentes desses espaços em que se discute a implementação das políticas relacionadas à mulher, especialmente a questão da tensão obstétrica. Então, nós podemos colocar no *site* da Rede Cegonha, no *site* do Ministério todas as agendas dos fóruns perinatais para que vocês povoem esses espaços. Dessa forma, poderemos transformar esses espaços em locais para construção do movimento e de construção de política pública. Lá, os hospitais estão presentes e não podem falar que estão negando uma lei. Essa é uma questão que a gente tem que falar. Em Alagoas, no Rio Grande do Norte, em Natal, em todos os Municípios existem esses fóruns. Que lá nós estejamos militando a favor das mulheres!

A SRA. RAQUEL DE ALMEIDA MARQUES - Esther, conte conosco, conte com a Artemis no fortalecimento do controle social em todo o Brasil. É objetivo nosso empoderar as mulheres para que elas ocupem os espaços. Os cidadãos têm muito poder, não sabem disso, e a gente vai lembrá-los disso.

A SRA. MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA - Ótimo. A gente vai passar para vocês todos os fóruns e as responsáveis nossas do Ministério, apoiadoras, para que vocês participem amplamente.

Última coisa, Janete. Acato sua opinião, sua colocação sobre a questão do sub-registro e de como as parteiras podem ajudar nisso. Isso é uma preocupação. A gente vai levar à frente com mais essa sua parceria.

Quero falar sobre o Hospital Amigo da Criança. Eu sou avaliadora do Hospital Amigo da Criança, e a gente falava que o hospital tem que ser amigo da mulher e da criança. Nesse sentido, agora o Hospital Amigo da Criança incorporou o



Cuidado Amigo da Mulher. Não poderá existir Hospital Amigo da Criança que negligencie e que violence as mulheres. Isso foi uma conquista. Essa portaria está para sair agora. Que vocês peguem isso também para exigir dos hospitais que cumpram as políticas públicas!

Quero só mandar um abraço para todas as mulheres, para os Deputados e Deputadas amigas nossas e para os que trabalham na gestão — por enquanto, estamos nesse espaço. Somos militantes e vamos avançar.

É o momento de o Brasil mudar! Não são as pessoas que são violentas; o modelo é que é violento, e ele só vai mudar quando colocarmos enfermeiras obstétricas e obstetrizes na assistência ao parto normal, em conjunto com os profissionais médicos. O nosso modelo deixa os médicos numa situação muito difícil. Temos que ter enfermeiras obstétricas e obstetrizes cuidando de mulheres para que a gente possa realmente mudar o modelo de atenção ao parto no Brasil. Temos que ter mais centros de parto normal. Que a gente tenha muitas ementas solicitando centros de parto normal, para este Brasil ter espaços humanizados em que as mulheres possam parir em paz. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Maria Esther. Obrigado.

Agora eu passo a palavra para a Silvia.

A SRA. SILVIA GIUGLIANI - Gente, eu sei que está todo mundo no tempo. Na realidade, está na hora da próxima experiência.

Quero dizer, Deputada Janete, que vou levar a questão para a nossa estrutura, para o gabinete da Ministra. Quero dizer que aprendi na vida que uma lei é boa quando ela sai do papel. A gente tem muitas leis. O Brasil avançou bastante na legislação, começando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, para ficar próxima da minha área. Ele não saiu do papel totalmente. É o que a gente ainda registra.

Acho que a questão dos dados sistematizados... Eu quero trazer a ficha de notificação. Nós temos uma ação articulada entre Ministério da Saúde, MDS, Secretaria das Mulheres. A ficha de notificação pode resultar numa revitimização, que é outra violência. A gente está chegando perto de uma série de coisas. Não está tudo resolvido, mas, naquela história de avançar ou não, ainda falta muito. A gente está cada vez mais se responsabilizando por construir espaços de avanço.

Conheço o parto do princípio de um Fórum Social Mundial. Foi bárbara a oficina que fizeram no Rio Grande do Sul. Foi muito legal!

Vou me atrever a dizer que nós temos algumas ferramentas pouco usadas ou que em algum momento não correspondem. Como é que a gente acompanha?



Como é que a gente exige? Como é que a gente monitora? Sugiro utilizar mais o controle social, por meio dos conselhos municipais. Temos os conselhos das mulheres, da saúde, dos direitos, são vários. Nós temos várias frentes de intervenção. A composição dos conselhos é plural. Então, a sociedade civil tem, legitimamente, o espaço e a responsabilidade de fazer pautas. Se não compõe o plenário, pode pedir pauta, abrir o ponto e estabelecer a necessidade de encaminhamento, monitorar os encaminhamentos. Eu não estou dizendo isso no nível da formalidade. Trata-se de uma ferramenta objetiva e concreta, que faz parte da constituição de políticas públicas efetivas no Brasil. Nós vamos ter que usar melhor a nossa caixa de ferramentas.

Quero agradecer imensamente a compreensão de vocês por eu não ter trabalhado diretamente no ponto, mas acho que a Secretaria de Direitos Humanos faz o atravessamento e veio aqui também trazer ações exatamente na dimensão da articulação das políticas públicas em conjunto com a sociedade civil na expressão dela.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Silvia.

Eu quero agradecer muito a presença de todos vocês.

A Deputada Luiza Erundina está pedindo a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Este seminário foi gravado na íntegra. Eu proponho que saia uma publicação da Comissão de Direitos Humanos com todas as contribuições dos participantes da Mesa e do plenário. Esse documento, sem dúvida nenhuma, tornar-se-á uma referência para o nosso próximo passo depois deste seminário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Excelente sugestão, Deputada Erundina! Excelente sugestão!

Quero agradecer a presença de todas vocês — todas, incluindo os homens de novo —, dos bebês, que deram todo um colorido e toda uma vida para esta Casa. Como eu sou dos mistérios e, como diz Gilberto Gil, *mistério sempre há de pintar por aí*, acho que a energia dos erês, das crianças, sempre dá uma limpada no ambiente, não é? Muito bom!

Quero agradecer às Deputadas e aos Deputados que aqui estiveram e aos assessores da Comissão de Direitos Humanos, que trabalharam bastante. Foi lindo, foi muito bonito e a gente espera repetir. Vamos honrar todos os compromissos firmados aqui. Muito obrigado.

Agora vamos iniciar outra atividade. Eu já passo a condução dos trabalhos para o Deputado Nilmário Miranda, que vai presidir a Mesa.



Muito obrigado.